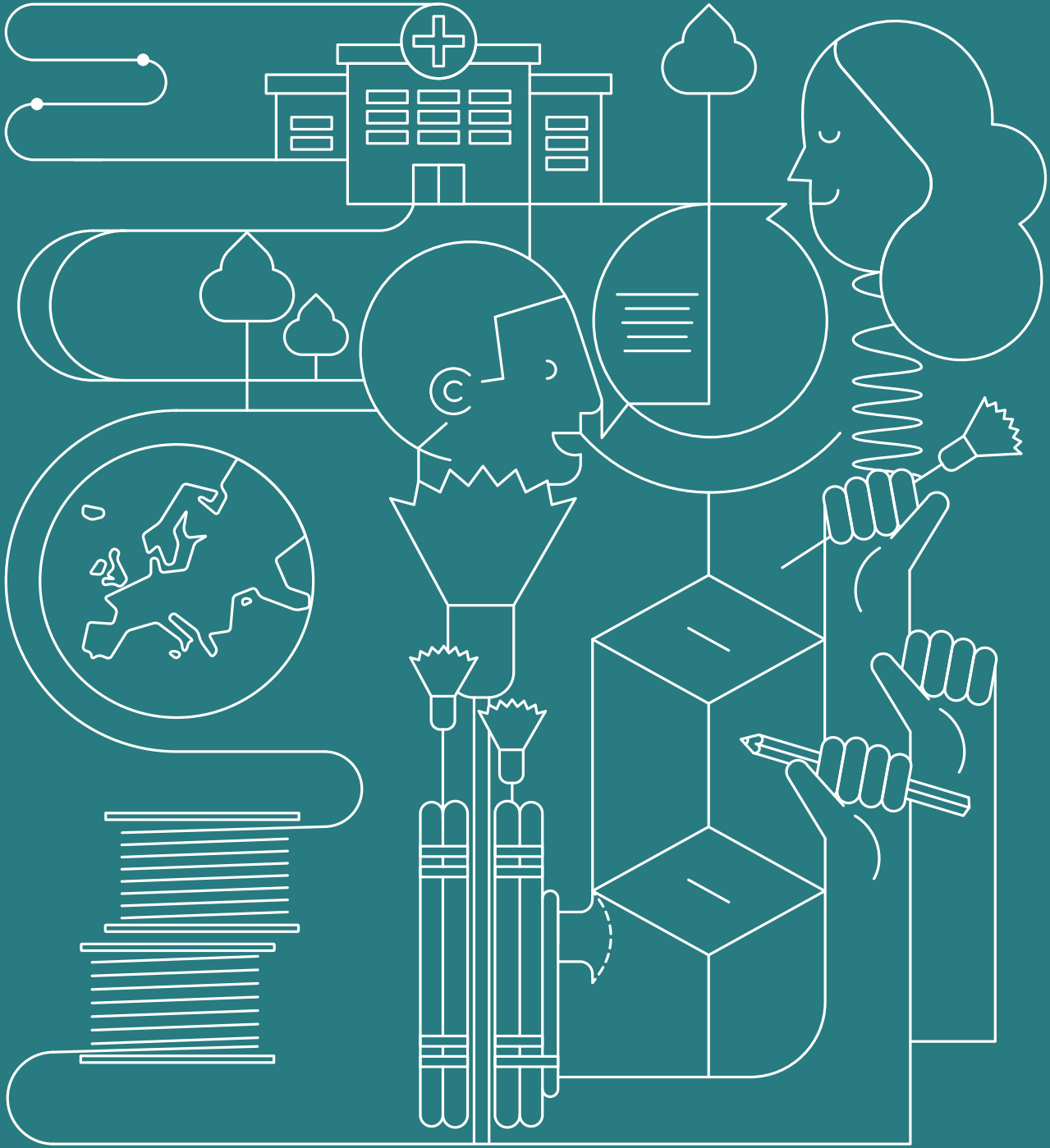


entre

MAIO 2024



EDIÇÃO N.º 8

REVISTA iscte

campus

EntreCampus _ N.º 8

Teresa Simões
Coordenação

Luísa Rego
Redação e Edição

Ana Moreira
Direção de Arte

Luísa Ferreira
Fotografia

Gabinete de Comunicação
Paginação

Seleprinter – Sociedade Gráfica, Lda
Impressão e acabamento

2184-6545
ISSN

464789/19
Depósito legal

Publicação semestral
Distribuição gratuita

Iscte
Instituto Universitário de Lisboa
Av. das Forças Armadas,
1649-026 Lisboa

© 2024
Todos os direitos reservados

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

- Maria de Lurdes Rodrigues **2** **A carreira de investigação nas universidades**
- Catarina Ferreira da Silva
Maria das Dores Guerreiro **4** **Universidades em diálogo para sociedades inclusivas e resilientes**
- Henrique Martins **12** **Dados de saúde partilhados num sistema europeu**
- Florinda Matos **20** **A formação no epicentro das empresas sustentáveis**
- Adolfo Cartaxo **26** **Fibras multinúcleo para reduzir custos por *bit***
- Sandra Loureiro **32** **Avaliar a sustentabilidade do turismo europeu**
- Luís Nuno Rodrigues **38** **Resistência às ditaduras numa Europa democrática**
- Luisa Veloso **44** **Capacitar artistas para intervirem nas escolas públicas**
- Tiago Fernandes **50** **Portugal está nas 25 melhores democracias do mundo**

A CARREIRA DE INVESTIGAÇÃO NAS UNIVERSIDADES

1. O regime de contratação de investigadores doutorados em instituições científicas e académicas, enquanto medida inscrita no Programa de Estímulo ao Emprego Científico 2017-2019, viabilizou a abertura de novos concursos – CEEC individuais e CEEC institucionais –, tendo sido celebrados contratos de trabalho, por seis anos, com garantia de pagamento das remunerações pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Este regime estabeleceu, ainda, uma norma transitória para os então bolseiros de pós-doutoramento, que, na sequência de procedimento concursal, puderam celebrar contrato de trabalho com as instituições onde desempenhavam funções.

Num espaço de tempo relativamente curto, milhares de investigadores doutorados integraram unidades de investigação, na maioria em contexto universitário, contribuindo para o alargamento e rejuvenescimento dos quadros e para a atenuação do carácter precário do vínculo laboral. A substituição de contratos de trabalho a termo por vínculos estáveis e duradouros é um passo indispensável para o crescimento e consolidação do sistema científico nacional, criando uma perspetiva de futuro para os investigadores mais jovens e contribuindo para contrariar os fluxos de *brain drain*.

No entanto, aqui chegados – em 2024, começam a chegar ao fim do prazo os primeiros contratos e, até 2029, terão o seu término os cerca de 2.500 contratos ativos celebrados ao abrigo deste Programa – é necessário criar uma carreira de investigação

nas instituições do ensino superior e nas unidades de investigação do seu perímetro, tendo em vista a estabilização do emprego científico.

Em 2023, o Governo criou instrumentos de financiamento para o cumprimento deste compromisso: (1) o reforço dos orçamentos das IES e das unidades de I&D, para emprego científico, na ordem dos 20 milhões de euros; (2) a inclusão dos estudantes de doutoramento na fórmula de distribuição das dotações públicas de financiamento do ensino superior; (3) a abertura de um programa de apoio à contratação de investigadores por tempo indeterminado – FCT-Tenure.

A queda inesperada do Governo não permitiu que tivessem sido criados os mecanismos de articulação entre estes diferentes instrumentos, nem as garantias da sua continuidade. Porém, é necessário prosseguir o caminho iniciado e é muito importante que o financiamento agora disponibilizado seja gerador de condições de sustentabilidade futura.

2. No contexto do Programa de Estímulo ao Emprego Científico, emergiu um debate, ainda pouco sistematizado, sobre as vantagens e desvantagens da existência de uma carreira de investigação nas universidades. Enquanto uns saúdam o desenvolvimento do emprego científico como uma carreira autónoma, outros defendem que a investigação deve manter-se como uma componente da carreira docente. Os argumentos das partes merecem ser avaliados, sobretudo se descartados da retórica



MARIA DE LURDES RODRIGUES

Reitora

emocional gerada no calor da divergência em torno de uma medida de política.

Esta avaliação deve fazer-se em dois planos. Por um lado, em termos gerais, por referência a princípios de orientação da atividade científica e de regulação das relações de trabalho. Por outro, à luz da história do desenvolvimento do sistema científico em Portugal e da consolidação dos modos de organização da ciência, nomeadamente com a criação de centros e institutos de investigação e de linhas autónomas de financiamento.

Nas instituições universitárias, faz pouco sentido conceber a atividade de ensino sem uma componente de investigação, mas isso não significa que toda a investigação deva ser feita em contexto de ensino. O trabalho de investigação não tem o mesmo ritmo cíclico das atividades de ensino e a descoberta não se pode programar como se programam aulas e avaliações. Os investigadores requerem mais flexibilidade para organizarem o seu tempo e maior autonomia em relação às hierarquias académicas. A coexistência das duas carreiras obriga a reconhecer a possibilidade de circulação entre ambas. Docência e investigação são trajetos profissionais longos, admitindo-se que possa haver vontade e disponibilidade para alternar entre uma e outra. Recomendar-se-ia, pois, um debate sem pressas, dominado pela racionalidade, sobre as vantagens e modalidades daquela circulação.

O problema do emprego científico é hoje, acima de tudo, o da integração nas universidades.

Os investigadores têm plena consciência de que, apesar da precariedade e da incerteza da sua situação laboral, é deles que depende grande parte da atividade de investigação que se faz em Portugal. Apesar da sua precariedade, não graças a ela. A crítica ao emprego público na investigação, com um mínimo da estabilidade, e, em alternativa, o elogio da precariedade e da superioridade do privado são, neste como noutros casos, a expressão de uma vontade de domínio sem restrições no mundo das relações de trabalho, pelos que hoje nele ocupam, ou aspiram ocupar, uma posição protegida ou de comando.

3. É neste contexto que o Iscte-Instituto Universitário de Lisboa está a dar os primeiros passos para a criação de um quadro permanente de cerca de 70 investigadores, integrados numa carreira própria, nas nossas oito unidades de investigação. Em conformidade com esta aposta, e no âmbito das atividades do projeto InCITIES, o Iscte procurará alinhar os seus processos de recrutamento e de gestão das carreiras de investigação pelos *standards* europeus, tendo por base os princípios da Estratégia de Recursos Humanos para Investigadores (HRS4R). A candidatura à certificação Human Resources Excellence for Research, um selo da Comissão Europeia que distingue as instituições com boas práticas, é revelador da valorização e do reconhecimento da importância estratégica da atividade profissional dos investigadores na missão do Iscte.

UNIVERSIDADES EM DIÁLOGO



ENTREVISTA

CATARINA FERREIRA DA SILVA

Professora Iscte Tecnologias e Arquitetura
Diretora e Investigadora ISTAR-Iscte

MARIA DAS DORES GUERREIRO

Vice-Reitora Internacionalização
Investigadora CIES-Iscte

PARA SOCIEDADES INCLUSIVAS E RESILIENTES

Ligando em rede universidades da Europa, o projeto InCITIES Trailblazing Inclusive, Sustainable and Resilient Cities, que o Iscte lidera, procura potenciar a capacidade de ensino, investigação e disseminação, em prol de cidades mais sustentáveis e universidades mais fortes. Pretende também que as organizações do ecossistema trabalhem muito estreitamente com a academia para resolver problemas concretos

Em que consiste o InCITIES?

Maria das Dores Guerreiro (MDG) Este projeto tem características peculiares. É institucional e abarca todas as atividades do Iscte, indo além do que é habitual num projeto de investigação. Inscreve-se na estratégia de internacionalização do Iscte, cobrindo as suas várias atividades, tendo uma componente muito forte na valorização e desenvolvimento da investigação, dos nossos programas de ensino e na inovação, para que possamos contribuir para o aprofundamento de dinâmicas com o ecossistema. Procura também promover a melhoria dos processos de funcionamento internos, designadamente a nível administrativo e de gestão dos nossos vários serviços. Envolve desde a área dos recursos humanos, para a gestão das pessoas e gestão das carreiras, aos serviços de gestão do ensino e de apoio às unidades de investigação, mas também os serviços de relações internacionais para o intercâmbio de estudantes, professores e *staff* técnico e administrativo.

O projeto foi estruturado para que produza transformações institucionais em sintonia com padrões europeus e com o que virão a ser as universidades do futuro, em ligação mais estreita com a sociedade – universidades a trabalhar em rede.

O projeto envolve também universidades de outros países?

MDG O projeto enquadra-se no âmbito da Aliança Pioneer, mediante a qual nos candidatámos à Iniciativa Universidades Europeias. Começámos o consórcio no final de 2019, a candidatura do projeto InCITIES foi apresentada em 2021 e o projeto arrancou em 2022. Estão envolvidas cinco universidades da Aliança Pioneer: além do Iscte, a Technische Hochschule Köln (Alemanha), Laurea-Ammattikorkeakoulu (Finlândia), Université Gustave Eiffel (França) e Zilinska Univerzita V Ziline (Eslováquia).

O financiamento do InCITIES provém do programa Horizon Europe WIDERA (Widening Participation and Spreading Excellence), na área de intervenção European Excellence Initiative, dirigido aos países do alargamento, onde Portugal se insere juntamente com a Eslováquia. Foi desenhado com objetivos análogos aos que se pretendem alcançar na Aliança Pioneer em termos de programas conjuntos de ensino e pesquisa, permitindo que os nossos estudantes, docentes, investigadores e pessoal técnico e administrativo circule entre as universidades do consórcio.

Que outros aspetos importantes destacam neste projeto?

Catarina Ferreira da Silva (CFS) O projeto abarca todas as vertentes de uma universidade, quer o ensino, quer a investigação, quer o relacionamento com o resto da sociedade, por exemplo, a transferência da tecnologia e do conhecimento com o chamado ecossistema.

Neste projeto, os parceiros do ecossistema têm vários perfis, desde organizações não governamentais (ONG), entidades públicas e empresas. Temos uma empresa da área da informática, a Área Metropolitana de Lisboa, a CP, algumas ONG como a Inovar Autismo, a Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura e Recreio ou a Confederação Portuguesa de Voluntariado. Há duas organizações finlandesas, outras da Eslováquia, e temos também, fora da Europa, a Universidade de Sherbrooke, no Canadá, como parceiro associado.

MDG A filosofia das universidades europeias e da sua ligação ao ecossistema impele-nos a ir além da disseminação: queremos que as organizações parceiras associadas do projeto colaborem conosco, tragam os seus problemas para os alunos estudarem e resolverem na sala de aula. Procura-se que transmitam aos estudantes conhecimento do seu *métier* que seja importante para o que está a

Queremos que
as organizações
parceiras
associadas do
projeto colaborem
connosco, tragam os
seus problemas para
os alunos estudarem
e resolverem na sala
de aula

ser lecionado. Permite que os estudantes tomem contacto com os desafios e processos que o ecossistema enfrenta, preparando-os melhor para o mercado de trabalho.

CFS Há empresas que nos procuram para chegar aos estudantes de Informática e Sistemas de Informação. Pedem para vir à sala de aula explicar o que fazem e que competências procuram. Sempre lecionei aliando conceitos teóricos a uma forte componente prática. A forma como ensino também se aproxima da metodologia ‘aprender-desenvolvendo’ (*learning by developing*) proposta neste projeto: é apresentado um desafio aos estudantes e estes devem trabalhar o mais próximo possível dos processos do mundo profissional extra académico. Se uma empresa expõe uma necessidade, os estudantes devem tentar resolver esse desafio, não de forma simulada, mas concreta e prática.

Nas ciências sociais esta metodologia também é aplicável?

MDG Em alguns domínios aplica-se de forma clara. As ciências sociais têm como preocupação estudar as relações sociais e a sociedade, identificando problemas e potenciais soluções. O projeto InCITIES Trailblazing Inclusive, Sustainable and Resilient Cities tem foco nas cidades e nelas temos a infraestrutura física e temos as pessoas. Na componente da inclusão, por exemplo, aborda os problemas dos residentes nas cidades, as características dessas populações onde há mais ou menos vulnerabilidades e às quais as ciências sociais estão particularmente atentas, procurando encontrar respostas para informar políticas públicas.

Este é um projeto transversal pois, do ponto de vista institucional, abarca vários serviços e missões da universidade – ensino, investigação, extensão e internacionalização.

Há investigadores do Iscte de diferentes áreas envolvidos no projeto, nomeadamente da sociologia, da economia, das tecnologias digitais, da engenharia informática, dos sistemas de informação, dos métodos de investigação, da análise de dados, da arquitetura, etc.

Esperamos que o projeto contribua para pensar as cidades do futuro, para encontrar soluções e resolver problemas, com forte componente de inovação.

Com a diversidade de pessoas e competências envolvidas, este é um projeto mais complexo de gerir?

MDG Existe alguma complexidade. Contudo, dado ser uma tipologia de projeto de Coordenação e Ação de Suporte, que envolve várias vertentes da universidade, a organização dos *work packages* do projeto permite-nos articular várias áreas e pessoas. Nós as duas temos um diálogo permanente. Na estruturação deste projeto e dos diferentes *work packages* identificaram-se pessoas que têm contribuído para vários domínios.



Quais são os grandes temas identificados para o InCITIES?

CFS São sete as temáticas *hub*, como ponto de partida para a investigação, na qual se pretende construir um *road map* (mapa de trabalho de colaborações) e criar *workshops*, no contexto do projeto, para fomentar o diálogo entre os investigadores das cinco universidades beneficiárias do financiamento. Os sete *hub* são os seguintes: 1) Questionar as transições urbanas; 2) Natureza na cidade; 3) Energia na

cidade; 4) Vulnerabilidade, inclusão e saúde na cidade; 5) Mobilidade; 6) Transição digital; e 7) Cidades sustentáveis e resilientes

Neste processo foram criados os *Scientific Cafés, online*, em que os investigadores apresentam os seus tópicos de trabalho e interesses científicos e interagem com os colegas das universidades parceiras. Isto serve para se conhecerem, para verem pontos de confluência e continuidade e mesmo para lançar novas temáticas de projetos e outros



Objetivo HRS4R

O Iscte está empenhado em conseguir a certificação Human Resources Excellence for Research, um selo da Comissão Europeia que distingue as organizações que estão apostadas em melhorar as suas práticas de gestão das carreiras de investigação. Até agora, as oito instituições que o detêm em Portugal são institutos de investigação.

O Iscte já fez a sua comunicação de interesse, prevendo-se que a candidatura seja formalizada ainda em 2024. Existe já um grupo de trabalho para reunir a identificação de medidas e ações de boas práticas, que envolve a Reitoria, Recursos Humanos, Gabinete de Apoio à Investigação e representantes dos investigadores. Este é um processo contínuo e evolutivo ancorado na Estratégia de Recursos Humanos para Investigadores (HRS4R).

tipos de colaboração. Gera-se um diálogo e uma partilha que a todos enriquece. O segundo InCITIES *Scientific Café* realizou-se em março 2024 com o tópico da Mobilidade e o terceiro em abril, sobre o tema da Energia.

MDG Foi desta parceria com as universidades envolvidas no InCITIES que nasceu o mestrado europeu que está a ser desenvolvido na Escola de Sintra: ManagiDITH – Master of Managing Digital

Transformation in the Health Sector (Mestrado de Gestão da Transformação Digital no Setor da Saúde). Foi criado com duas outras universidades parceiras – a Gustavo Eiffel e a Laurea – e nasceu para pormos em contacto colegas de várias universidades e áreas do saber, fomentando-se o interconhecimento e explorando possibilidades de colaboração. Num mestrado deste tipo há um caminho a percorrer para a homologação do novo produto de ensino, incluindo a aprovação dos programas,



Esperamos que o projeto contribua para pensar as cidades do futuro, para encontrar soluções e resolver problemas, com forte componente de inovação

em três países diferentes. Temos de ter sempre também a aprovação da A3ES.

Podem detalhar os *work packages* com que o projeto InCITIES se comprometeu?

MDG Os *work packages* e os países que os têm a cargo são:

1. Gestão (Iscte Portugal)
2. Investigação (Université Eiffel França)
3. Gestão de carreiras de investigação/HRS4R (TH Köln Alemanha)
4. Planos de Igualdade, Diversidade e Inclusão (LAUREA Finlândia)
5. Fatores que facilitam a colaboração dos parceiros InCITIES (Iscte Portugal)
6. Metodologias Pedagógicas de Ensino-Aprendizagem/*learning by developing* testado em programas intensivos de intercâmbio entre universidades (UNIZA Eslováquia)
7. Comunicação, Disseminação e Exploração – Capitalizar os resultados do projeto para o futuro (UNIZA Eslováquia)

Quando o projeto terminar em 2025, que evidências vão perdurar?

CFS Um dos objetivos da Comissão Europeia, no espírito da Europa Digital, é podermos ter processos desmaterializados e acordos de parceria mais fáceis, mesmo para novos mestrados e doutoramentos. A Universidade deve estudar, propor recomendações e potenciais soluções aos decisores políticos.

Há também uma grande aposta no *learning by developing* para tentar que os estudantes trabalhem sobre desafios e necessidades do ecossistema.

MDG No final, como referimos, este é um projeto institucional que se quer em consonância com a Iniciativa Universidades Europeias. Teremos resultados específicos de cada *work package*, dentro do espírito das *guidelines* definidas. Por exemplo, ao nível do HRS4R (Human Resources Strategy for Researchers), fazer o caminho necessário para obter esta acreditação será um *output*; outro *output* será termos um Plano de Igualdade, Diversidade e Inclusão atualizado.

O InCITIES que nasceu, como referi, do envolvimento das cinco universidades iniciais da Aliança Pioneer, também alimenta as práticas de interesse da Aliança Pioneer.

CFS Em termos de investigação, um objetivo é ter um observatório de recolha, de análise e de visualização de dados sobre as cidades envolvidas no projeto. Através desse observatório passaríamos a monitorizar vários indicadores relativos à sustentabilidade, inclusão e resiliência, que se traduzem, por exemplo, em análise de dados sobre os picos de calor, os espaços verdes, cheias, transportes, etc., que em parte são recolhidos com recurso a tecnologias dos sensores. Projetamos também recolher e agrupar dados estatísticos das cidades, que podem ser transformados em problemas de investigação e de ensino. ■

HENRIQUE MARTINS

Professor Iscte-Sintra

Investigador integrado BRU-Iscte

DADOS DE SAÚDE PARTILHADOS

Sabe que com o simples telemóvel pode aviar uma receita médica noutro país? Ou que poderá vir a aceder, de forma fácil, aos seus exames médicos e consultá-los num hospital de outra cidade europeia? Com 25 parceiros, o Iscte lançou um projeto para criação de soluções de saúde digital em formato partilhável, permitindo o intercâmbio transfronteiriço desses dados.

NUM SISTEMA EUROPEU



Em Portugal temos muita ligação no setor público, temos muita ligação no setor privado, mas não temos ligação do público com o privado

O projeto XpanDH, que coordena, propôs a criação de um formato comum e de um conjunto de regras que permitam que sistemas informáticos de países diferentes possam trocar dados de saúde de forma segura e clinicamente útil. Como é que se torna operacional este projeto europeu de interligar hospitais, centros de saúde, laboratórios e registos nacionais?

Quando criámos o consórcio, utilizámos uma abordagem *open consortium*, ou seja, fizemos uma busca ativa de novas adesões. Assim, fomos buscar parceiros estratégicos. Conseguimos envolver os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) e o Ministério da Saúde de Espanha, que não estavam no projeto inicial. Dessa forma, expandimos de 26 para 33 o número de parceiros envolvidos. No Iscte, estão envolvidas três unidades de investigação: Business Research Unit (BRU), Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS) e Centro de Investigação em Ciências da Informação, Tecnologias e Arquitetura (ISTAR).

Há mais pessoas no projeto, possivelmente com diferentes tipos de *know-how*, para possibilitar a partilha de dados de saúde de forma transnacional?

Estes projetos europeus têm os chamados *work packages* – os pacotes de trabalho, as subdivisões do projeto. A coordenação está com o Iscte, que tem também o *work package* 1, liderado por mim e com a inestimável ajuda do Gestor de Projeto, Anderson Carmo.

Temos pessoas muito experientes, que já coordenaram muitos projetos europeus. O Giorgio Cangilioli, italiano, está à frente do *work package* 2 e tem muita experiência informática e na área dos *standards*. No *work package* 3 temos uma pessoa da indústria digital, a francesa Sofia Franconi, que conhece a indústria que desenvolve soluções informáticas e traz esse *know-how* para a discussão. No *work package* 4, temos a Maria Marques, da Uninova,

com formação em sistemas de controlo em computadores. No *work package* 5 temos uma pequena consultora alemã, a Empirica, especializada em projetos europeus de saúde e estratégia, com a Carola Schulz. O *work package* 6 é liderado pelo Dipak Karla, um médico inglês de Medicina Geral e Familiar, que se especializou em *data analytics* (dados de saúde), mas também já liderou vários projetos para uso dos dados na investigação científica e, no 7, temos um parceiro polaco, através da rede ECHAlliance (European Connected Health Alliance), onde a Karolina Mackiewicz, diretora de inovação, ficou com a disseminação e *networking*. Temos, pois, *know-how* técnico, mas também saberes da engenharia à sociologia.

E é disso exemplo a professora Luisa Lima, do Iscte Saúde, que organizou a primeira reunião com as associações de doentes portuguesas sobre este processo do registo eletrónico europeu e vai conduzir as reuniões noutros países. A Marta Matos, também investigadora do Iscte, está com uma área de cocriação entre engenharia informática e doentes.

Como é que tudo se coordena para fazer avançar o projeto?

Estes projetos europeus têm, de início, um plano de trabalho aprovado pela Comissão Europeia. Há um conjunto de tarefas, com um tempo de duração e, a meio do percurso ou no final, é suposto produzir-se algo de concreto – *deliverables* (entregáveis). Temos uma reunião mensal dos *work packages* líderes e, cada um destes, tem também as suas reuniões com os parceiros que participam na sua área e as respetivas equipas. Temos ainda o *consortium meeting*, em que participam todos os parceiros, e que se realiza de dois em dois meses. Temos também *webinars* que são realizados pela parte de disseminação de informação, normalmente envolvendo vários parceiros.

A origem do serviço MyHealth@EU

O facto de uma receita já poder ser legível noutro país – através do serviço MyHealth@EU – e haver alguma interoperabilidade no acesso a dados de saúde nos Estados-membros, partiu de uma decisão política da Comissão Europeia ou foi motivado por iniciativa dos Estados?

Henrique Martins Ambos. Essa é uma história interessante que começa antes da Diretiva 2011/24/EU, de 9 de março de 2011.

Em 2007/2008, entrou uma queixa no Tribunal de Justiça da União Europeia de um doente alemão que denunciava que as seguradoras alemãs se recusavam a pagar despesas de saúde efetuadas fora da Alemanha – no caso dele, tratava-se de óculos. O caso foi parar ao tribunal da UE. O pressuposto era simples: se a UE é um espaço de livre circulação de pessoas e mercadorias e um cidadão vai comprar um dispositivo ótico a outro país, havendo um seguro de saúde, não há motivo para não ser ressarcido da despesa, pelo menos com o equivalente que teria no país de origem.

Isto fez tanto sentido que o Tribunal proferiu uma condenação e exortou a Comissão Europeia – com esta decisão jurisprudencial – a criar um instrumento legal que permitisse esse reconhecimento transfronteiriço.

Por isso se chama Cross Border Directive of Patients Rights. No fundo, é uma diretiva de direitos. Quando isso aconteceu já estava a decorrer um projeto chamado ePSOS – European Patient Smart Open

Services, que foi o primeiro projeto para partilha de dados entre países. Começou em 2008 e os países que o integravam contribuíram para a escrita da Diretiva: a França, a Alemanha e a Áustria. E, nessa ocasião, foi decidido incluir um artigo sobre *Patient Summary* e sobre *ePrescription*.

Desta forma, a Diretiva passou a ter uma estrutura de *policy* e também o conceito de partilha de dados transfronteiriços, com o argumento maravilhoso de: se os doentes circulam e vamos pagar a despesa que fazem, mais vale que tenham pouca despesa. E devem ter acesso aos medicamentos que tomam, independentemente de onde estejam.

No setor da saúde os tratados europeus empurram para os países tudo o que é do funcionamento de sistemas de saúde. As exceções são a aprovação de medicamentos, dos produtos derivados do sangue, as questões da política do tabaco e das infeções transfronteiriças, como a Covid – são estes os únicos aspetos da área da saúde objeto de política legislativa europeia.

Assim, a base legal da Diretiva não são as questões de saúde, mas sim o mercado livre! – argumentos que se mantêm com o mercado livre digital.



O *website* é muito importante, pois é um ponto de confluência de informação. Este projeto tem pouco dinheiro: dois milhões de euros para dois anos, a distribuir por 26 parceiros! Em dezembro de 2023, fizemos uma reunião em Bruxelas, a pedido da própria Comissão Europeia, o que foi uma honra – não estava previsto no projeto – e acabamos por ter muita gente. Em dezembro de 2024, iremos ter o encerramento do projeto no Iscte e será uma oportunidade para divulgar o ecossistema português.

... Ecossistema português de saúde que considera muito evoluído.

É. O nosso ecossistema é perfeito para este projeto. Acontece que temos muita ligação no setor público, temos muita ligação no setor privado, mas não temos ligação do público com o privado.

Os SPMS têm estado muito alinhados com este projeto, porque a ideia é criar regras europeias dentro do sistema português. Isso vai permitir que, uma vez resolvidas as ligações, por exemplo, do Hospital da Luz com o Hospital de Santa Maria, estaremos



Estar no negócio das transações na saúde é o futuro. Não há nenhum estabelecimento de saúde que não tenha um multibanco. No limite, o que seria podermos picar um dedo num multibanco para fazer um teste? Seria tornar as caixas multibanco em minis pontos de saúde

também a resolver as ligações do Santa Maria com o Hospital Universitário Charité, de Berlim. Um dos parceiros que integrou o projeto a meio foi a SIBS (Forward Payment Solutions, SA). Estar no negócio das transações na saúde é o futuro. Não há nenhum estabelecimento de saúde que não tenha um multibanco. Talvez seja possível que, em vez de fazermos a ligação pelo Ministério da Saúde, possamos vir a usar essas ligações do multibanco, por exemplo, para imprimir as receitas! O multibanco é um mecanismo de comunicação poderosíssimo.

No limite – imagine – o que seria podermos picar um dedo num multibanco para fazer um teste? Seria tornar as caixas multibanco em minis pontos de saúde! É importante projetar o uso destas coisas, para além daquilo que é habitual, criando novos serviços digitais, novas formas de olhar para a circulação de informação (objeto do *work package* 6).

Cada *work package* tem, pois, a sua especificidade. Os *work packages* 2, 3 e 4 dão conta de como as empresas tecnológicas, os hospitais e as outras áreas

Em Portugal, o doente já vê algumas coisas *online*, mas outros países nem há um portal ou *app* do Serviço Nacional de Saúde.

do setor da saúde se preparam e usam o formato, tal qual ele vem sendo definido, discutido e vai sendo usado.

Os *work packages* 5, 6 e 7 são mais em torno do ecossistema, ou seja, como é que nós podemos motivar o ecossistema – associações de empresas, associações de doentes, associações da sociedade civil como a DECO, a academia – desde os académicos de *software* aos que estudam questões de inclusão digital, literacia – como é que o ecossistema pode ser, no fundo, dinamizado.

Nestas interações, descobrimos, por exemplo, que é relativamente inútil fazer um seminário para todas as associações de doentes porque não há uniformidade entre elas. É algo a ser feito no contexto de cada país. Em Portugal, se falarmos da receita eletrónica a maioria das pessoas conhece e já usou; na Alemanha não há receita eletrónica, é uma realidade que desconhecem. Já a participação em estudos clínicos, por exemplo, é mais elevada na Alemanha do que em Portugal. Quando se fala do processo clínico para efeitos de investigação e dos *standards*, é pacífico para um finlandês, já que a Finlândia tem uma Lei de Dados de Saúde há vários anos.

A partilha dos dados comporta riscos para a confidencialidade. É ou não um problema para este projeto poder avançar?

É certamente um problema conseguir conciliar a proteção dos meus dados e conseguir que os que cuidam de mim tenham acesso a dados relevantes.

Há uma terceira dimensão, que é o “uso primário”. Em Portugal, o doente já vê algumas coisas *online*, mas outros países nem há um portal ou *app* do Serviço Nacional de Saúde. Há ainda a questão de quem trata da minha saúde aceder à minha informação, mas depois há também o plano dos investigadores – ou das pessoas do sistema de saúde pública – terem acesso a esses dados, sempre sem identificação nominal das pessoas. São dados administrativos que têm interesse para planeamento e nenhum interesse do ponto de vista clínico.

Há ainda muita renitência na partilha de dados, apesar da digitalização avançar em várias áreas?

Normalmente as pessoas estão predispostas a partilhar os dados contrariamente ao que é o entendimento dos sistemas jurídicos – há estudos a comprovar isto. Sabemos também que as associações

de doentes são quase sempre a favor destes projetos, pois entendem a partilha como algo que vai trazer valor clínico para o doente.

Os medos sobre a privacidade são muito diferentes conforme as culturas. Os alemães são mais nervosos em relação à partilha de dados do que os cidadãos dos países do sul. Os mais desconfiados são os nórdicos, que não se preocupam que o governo saiba que problemas de saúde têm.

A União Europeia já impõe muitos limites em relação à proteção de dados?

Sim. Os limites do regime de RGPD são excessivos e não são claros. Ou seja, dois países podem fazer interpretações diferentes da mesma lei europeia e isso tem causado muitos problemas. A única forma de resolver a situação foi desenhando o *Multilateral Agreement*, um acordo legal entre países, que resolve o que estava por clarificar no RGPD.

Quando este projeto XpanDH terminar, no final de 2024, que resultados podemos esperar?

Iremos entregar dois projetos com um conjunto de evidências.

Num caso, iremos entregar propostas do que será a futura regulamentação deste Electronic Health Record. Uma vez aprovado o Regulamento, uma peça legal fundamental para cada uma das áreas – a receita médica, a nota de alta hospitalar, as imagens de exames, etc. – há um *Implementing Act*. E esse texto vai receber fortes contributos que nos foram pedidos, quer na estrutura, quer ao nível de conteúdos do documento.

O outro entregável é mais intangível: são as *X-nets*, ou seja, redes de parceiros que fomos aproximando e que queremos que se mantenham ativas quando o projeto terminar. Por exemplo, temos quinze associações de doentes portuguesas e, se conseguirmos mais dez sessões como a que tivemos com a professora Luísa Lima, podemos estar a falar de uma rede de 150 associações de doentes espalhadas por toda a Europa.

Vamos entregar este ativo ao Projeto xShare, que é liderado pela Catherine Chronaki, que também participa no XpanDH – como referi. Ela vai continuar estes esforços, no projeto xShare por mais dois anos. Vamos, pois, entregar documentos que ajudam hospitais, as empresas de IT e outras a adaptarem-se, e vamos também entregar as tais “redes de pessoas”. ■

Glossário

CSA

Coordination Support Activation

EHDS

European Health Data Space

eHDSI ou eHealth DSI

eHealth Digital Service Infrastructure

EEHRxF

European Electronic Health Record Exchange Format (Ficheiro europeu para o Processo Clínico Eletrónico) ou Registo de Saúde Eletrónico Europeu

Projeto xShare

Expanding the European EHRxF to share and effectively use health data within the EHDS (a yellow button to get your data in the European EHR Exchange Format)

RGPD

Regime Geral de Proteção de Dados

SDOs

Standard Development Organizations

SIBS

Forward Payment Solutions, SA., ou anteriormente denominada Sociedade Interbancária de Serviços, SA

SPMS

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

XpanDH

Expanding Digital Health (Standards for Health Data Ecosystem)

<https://xpandh-project.iscte-iul.pt/>

ENTREVISTA

FLORINDA MATOS

Professora Iscte Business School
Investigadora Dinâmia' CET-Iscte

A FORMAÇÃO NO EPICENTRO

DAS EMPRESAS SUSTENTÁVEIS

O projeto CATALYST quer criar um Centro de Excelência Profissional partilhado por cinco países, com a oferta educativa de 70 cursos *online*, para apoiar micro, pequenas e médias empresas europeias. O projeto aborda a sustentabilidade organizacional, social e económica, interligando universidades e empresas



O que se pretende com este projeto, que se foca na educação e formação profissional?

O CATALYST visa qualificar as entidades do sistema empresarial, particularmente as PME, que são as mais deficitárias em termos de qualificações para uma economia verde e digital, e também contribuir para a melhoria das políticas públicas que estão ligadas à transição verde. Pretende-se fazer uma ligação entre o sistema de qualificação tradicional, o sistema de ensino e as políticas públicas, porque, muitas vezes, essa ligação é inexistente. O Ensino e a Formação Profissionais (EFP) são fundamentais para uma mudança sistémica e a longo prazo das economias europeias, de forma a terem maior sustentabilidade e resiliência. São também necessárias novas competências para aproveitar as oportunidades decorrentes da transição digital sustentável. Por isso, o nosso foco é preparar as PME e o seu capital humano para os desafios e mudanças nos modelos de negócio ligados à sustentabilidade. As PME são responsáveis por mais de 60% do emprego na Europa e a maior parte da inovação vem delas, contrariamente aquilo que se pensa. Em Portugal, e noutros países, constituem aproximadamente 98% das empresas. Mas as PME são também as empresas mais fragilizadas, porque lhes faltam recursos financeiros, capacidade de gestão e qualificação do seu capital humano.

No CATALYST estão envolvidos muitos parceiros. Como se está a concretizar em Portugal?

O projeto em Portugal envolve três parceiros: o Iscte, que é o coordenador nacional; a ICAA – Associação para a Gestão do Capital Intelectual e o CENTIMFE – Centro da Indústria Tecnológica dos Moldes e Plásticos. O projeto está muito avançado no conhecimento e na gestão do capital intelectual.

Toda a candidatura foi feita com base na ideia de que ao gerir melhor os recursos intangíveis das organizações, estas estarão mais bem preparadas para alcançar os desafios da sustentabilidade e também da transição digital.

O CENTIMFE por sua vez, que trabalha num *cluster* muito estratégico da nossa economia, em que a maior parte da produção é para a exportação. Exige tecnologia de ponta que cumpre com muitos padrões de sustentabilidade. As empresas com apoio do CENTIMFE produzem para o setor automóvel, altamente exigente nos critérios de sustentabilidade, não apenas em termos ambientais, mas também em termos sociais. São empresas muito competitivas.

Em síntese, há três entidades a trabalhar conjuntamente para um objetivo comum, numa excelente parceria.

Essas três entidades parceiras até onde pretendem chegar?

O CATALYST é um ponto de partida mas o ponto de chegada será criar uma estrutura: o CoVE – Centre of Vocational Excellence (Centro de Excelência Profissional).

Em Portugal, os três parceiros já lançaram essa estrutura e chamámo-lhe Fábrica de Competências do Futuro (Future Skills Factory).

Depois de o projeto terminar, o objetivo é trazer outros parceiros que nos possam ajudar a identificar quais são as competências que as empresas vão precisar futuramente. Pretendemos deixar algo que possa funcionar como uma espécie de “observatório”, que identifique o que é preciso para que a formação profissional tenha efeitos reais. Passamos por diversos Quadros Comunitários e, apesar de se aplicar muito dinheiro, muitas vezes não há resultados.

O ensino e a formação profissionais são fundamentais para uma mudança sistémica e a longo prazo das economias europeias, de forma a terem maior sustentabilidade e resiliência

Queremos melhorar isso, antecipando o que as empresas devem fazer, como devem fazer, quais as melhores práticas e, sendo possível, influenciar as políticas públicas no sentido de alavancar este processo. A Fábrica de Competências do Futuro está a utilizar o projeto CATALYST para dar os primeiros passos, mas tem o objetivo de continuar depois do projeto, com autonomia.

Além de entidades ligadas ao Iscte há também interesse da parte de entidades públicas?

Contamos com entidades do Iscte – as participadas IPPS e Audax e a Escola de Tecnologias Aplicadas – Iscte-Sintra – e, em fevereiro, conseguimos também juntar outros parceiros, como o IAPMEI.

Apesar do projeto estar muito focado na sustentabilidade, não se pode falar disso sem transformação digital. Há outras entidades que gostaríamos de envolver no projeto, como o IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), até porque muitos dos cursos oferecidos pelos centros de formação profissional não respondem às necessidades identificadas pelo mundo empresarial.

Que outros outputs são expetáveis no projeto?

O CATALYST vai produzir 70 cursos de formação profissional em competências que têm a ver com sustentabilidade, transformação digital e capital intelectual. Acreditamos que se conseguirmos

equilibrar estes três elementos nas empresas, estas serão mais produtivas, competitivas e sustentáveis. No caso do Iscte, estamos a preparar oito cursos, com matérias como Gestão do Conhecimento e Inovação, Transformação Digital e Sustentabilidade, etc. O CENTIMFE terá cursos na área da economia circular e, no caso da ICAA, na área do capital intelectual. Os outros países envolvidos – Alemanha, Áustria, Grécia, Macedónia do Norte e uma *network* europeia ligada à sustentabilidade sediada em França, a SDSN (Sustainable Development Solutions Network) – estão também a preparar estes cursos. No total, somos 16 parceiros de cinco países, a que se somam 40 parceiros associados com origem noutros seis países europeus.

A formação vai estar disponível em forma de cursos gratuitos, *online*, em formato de cursos iniciais, intermédios e avançados. Estamos numa fase muito ativa do projeto, pois os cursos terão de ser apresentados às empresas até final de 2024. Estamos a trabalhá-los na plataforma *Moodle* que vai estar conectada com o *website* do projeto.

Os cursos serão todos em inglês. Pondera-se também a possibilidade de cada país poder ministrar os cursos na sua língua para satisfazer as necessidades das empresas, especialmente das PME.

Sabemos já que as empresas do CENTIMFE vão ser as primeiras convidadas a usar essa oferta formativa na fase de avaliação, para que se façam depois as necessárias afinações. Quando o projeto terminar, vamos ter cursos síncronos ou assíncronos, feitos à medida do que serão as recomendações que possamos fazer no futuro. Outro objetivo do projeto é influenciar a adequação dos nossos currículos, de forma a que os alunos, quando saem da universidade, tenham as competências que o mercado procura.

Um projeto trans-educacional

5 + 1
países

16
parceiros

Os parceiros envolvidos no projeto CATALYST são três entidades de cada um dos seguintes países: Macedónia do Norte, Alemanha, Áustria, Portugal e Grécia, além da francesa SDSN. O projeto poderá ainda aceitar novos parceiros, que irão usufruir destes cursos e com os quais poderá posteriormente haver projetos conjuntos.

Trabalhar com todos estes parceiros, em prol da qualificação das empresas da Europa, é um grande desafio. Mas o maior de todos será realmente construir uma Fábrica de Competências do Futuro, capaz de responder aos desafios que o futuro nos coloca.

Florinda Matos

Foi necessário fazer uma seleção prévia das temáticas em que os cursos iriam incidir?

Sim, isso já está feito. O projeto arrancou com cada país a fazer o levantamento das suas necessidades. Alocámos a elaboração dos cursos conforme as necessidades de cada país, as quais são muito diferentes. Mesmo a regulamentação a que cada curso obedece difere entre os países. Por exemplo, a Macedónia do Norte, não pertencendo à UE, não está obrigada a cumprir algumas diretivas europeias relativas à formação profissional. Já os alemães estão muito mais focados e desenvolvidos nos aspetos da economia circular, o que tem a ver com a sua própria indústria.

A ideia é, no fim deste Quadro Comunitário, cada país ter um Centro de Excelência Profissional que integrará uma rede europeia, que poderá vir a replicar-se na Europa a partir destes CATALYST – Centre for Sustainable Transformation.

Nós, em Portugal, estamos a pensar nisto numa perspetiva de futuro, para lá do fim do projeto.

Que especificidades tem esta formação que está a ser contruída?

Os cursos até 10 horas são básicos, completamente assíncronos, têm vídeos e textos. Os cursos intermédios são mais desenvolvidos, mas também são assíncronos, estão previstas até 20 horas. Os cursos avançados podem ir até às 30 horas, são mistos (têm componente assíncrona e síncrona). Alguns cursos têm associados recursos e serviços como *mentoring* ou consultadoria.

Um dos cursos que temos é Intellectual Capital and Change Management for Digital Transformation and Sustainability. Haverá dias marcados para que o formador esteja *online* de forma síncrona, a dar *feedback* aos formandos. Estes cursos mistos são mais complexos, por isso também são uma minoria no projeto.

Temos tópicos na área do Desenvolvimento Sustentável, da Transição Resiliente, da Gestão Sustentável dos Negócios, da Gestão do Capital Intelectual, Economia Circular, Transformação de Negócios, etc.



Este é um projeto de cinco países em parceria (mais um parceiro francês), liderado pela Macedónia do Norte. Como é que se deu o envolvimento do Iscte?

Os parceiros da Macedónia do Norte, o IECE – Institute for Research in Environment Civil Engineering and Energy, pretendiam integrar a gestão do capital intelectual no projeto; sendo esta a minha área de especialização, contactaram comigo, e promoveram também o envolvimento da ICAA. Tenho vindo a constatar que países de fora da União Europeia são muito ativos a concorrer a projetos europeus.

O projeto termina em maio de 2026. O que está previsto ao nível de iniciativas de disseminação do projeto?

Temos muitas reuniões *online*, *workshops* até reuniões de equipa, reuniões de disseminação e comunicação. Muitas vezes criamos eventos de disseminação em que envolvemos outros *stakeholders*. Na fase de estruturação dos cursos, o Iscte

está a liderar toda a formação sobre como se estrutura um curso assíncrono ou misto no *Moodle*: que módulos deve ter, como fazer um curso interativo, etc. Nós fazemos esse acompanhamento e vamos verificando se estão em conformidade com os padrões definidos. A fase de teste inicial decorre até setembro. Está a ser trabalhosa e muito desafiante. Todos os anos temos, pelo menos, uma grande reunião presencial com todos os parceiros. O arranque do projeto foi na Macedónia do Norte, em 2022. Em junho de 2023, assinalámos um ano de projeto aqui no Iscte. Vieram todos os parceiros para esse *workshop* que foi muito importante. Houve depois, nesse ano, mais dois *workshops* na Áustria, em Viena e em Graz. Em abril de 2024, o *workshop* foi na Grécia e, em novembro deste ano, será na Alemanha. O ano de 2025 será essencialmente para estar no terreno, a aplicar e testar os cursos nas empresas. Em 2026, terá lugar a reunião de encerramento do projeto, na Macedónia do Norte. ■

ENTREVISTA

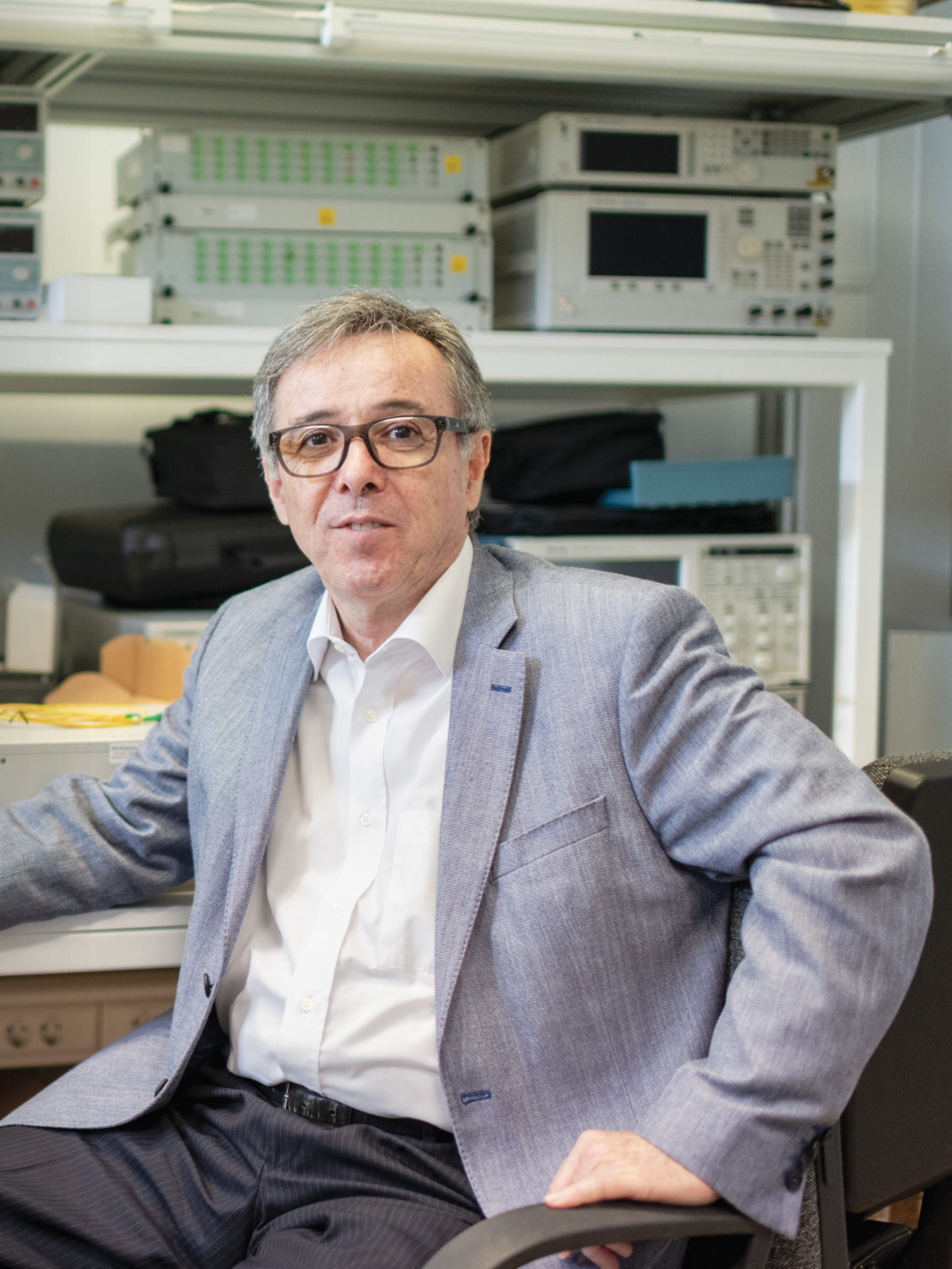
ADOLFO CARTAXO

Professor Iscte Tecnologias e Arquitetura
Diretor e Investigador Instituto de Telecomunicações
– IT Iscte

FIBRAS MULTINÚCLEO

Está em marcha um projeto que visa dar um impulso ao desenvolvimento da tecnologia das fibras MCF – Multi-Core Fibre, com base na experiência e conhecimento do grupo de Comunicações Ótica e Fotónica do Instituto de Telecomunicações. Como? Através da implementação de um banco de ensaios na rede do Metropolitano de Lisboa e no *campus* do Iscte.

**PARA
REDUZIR
CUSTOS
POR BIT**



Este não é, ainda, um projeto de investigação formal. Em que fase é que está a proposta?

Estamos numa fase embrionária. Para haver um *test-bed* temos de ter, neste caso, a fibra multinúcleo num ambiente real – é a chave de um *test-bed*! Há contactos avançados com empresas, especialmente com uma empresa europeia fabricante dessa fibra, a Heraeus Quarzglas GmbH & Co, para disponibilizar um cabo de fibra multinúcleo.

Precisamos que esse fabricante contacte as empresas que produzem os cabos porque, além da fibra multinúcleo, há que disponibilizar um cabo que assegure, entre outras coisas, a robustez mecânica para instalar a fibra sem a danificar. Precisamos, também, de uma instituição, em Portugal, que disponibilize a infraestrutura, ou seja, o espaço e ambiente real necessários para instalar o cabo e fazer os testes de comunicação. Neste momento, já temos um acordo com o Metropolitano de Lisboa para instalar, na linha Amarela, um cabo de fibra multinúcleo.

Tudo é bastante demorado. O processo iniciou-se em julho de 2023. Tive uma primeira conversa com um fabricante de fibra que mostrou abertura para colaborar. Transmitimos essa disponibilidade à Reitoria do Iscte e esta, através do Vice-Reitor para a Investigação e Modernização Tecnológica, professor Jorge Costa, mostrou abertura para apoiar, na medida do possível, o projeto.

No concreto, o que é testado? Qual é a vossa proposta de investigação?

O que nos propomos com este *test-bed* é testar em ambiente real a qualidade e limitações de transmissão de vários tipos de fibra multinúcleo. Isto aparece na sequência daquilo que andamos há uns anos a experimentar no nosso laboratório no Iscte. No *test-bed*, faremos testes e medições com vários tipos de fibra multinúcleo em ambiente real, o que constitui a inovação. Este tipo de fibra permite

aumentar substancialmente a capacidade de transmissão, a largura de banda, por ser multinúcleo – ao invés das fibras que estão agora instaladas, que só têm um núcleo. Portanto, com uma fibra com muitos núcleos, conseguiremos multiplicar a capacidade que tínhamos em cada um daqueles núcleos. Por exemplo, se tivermos uma fibra com dois núcleos, duplicamos a capacidade, e assim por diante.

Há um aumento proporcional da capacidade de transmissão relativamente ao número de núcleos?

As fibras multinúcleo podem ser fabricadas com um número muito diferente de núcleos. Por exemplo, a que temos no nosso laboratório tem 19 núcleos; as do fabricante que está connosco no projeto têm sete e quatro núcleos.

E por que é tão importante testar em ambiente real?

Primeiro, pelo facto de termos um meio de transmissão, neste caso uma fibra, que tem características diferentes das fibras usadas nas redes atuais. Na realidade, só há um cabo submarino que foi apresentado no ano passado, ligando Taiwan, Filipinas e Estados Unidos*, com uma fibra com dois núcleos. É utilizada para transmissão de conteúdos gerais. Segundo, porque o desempenho da fibra multinúcleo depende das condições ambientais e, em particular, do *stress* mecânico a que a fibra está sujeita. Este *stress* é muito diferente no laboratório (onde se encontra em bobinas com diâmetros de algumas dezenas de centímetros) e nas redes comerciais onde estará instalada em ductos ou suspenso em postes.

O que importa na transmissão por fibra são os *bits*, pois toda a informação está codificada em *bits*, independentemente da origem, sejam filmes, música, conversas telefónicas ou acesso à Internet. Importa-nos que a fibra consiga transmitir mais *bits* por segundo.

O nosso *test-bed* será o primeiro de demonstração a utilizar a MCF em ambiente de *stress* significativo para a transmissão de informação

*

PRIMEIRO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES COM MCF

O primeiro sistema de telecomunicações com MCF foi apresentado para uma ligação de cabo submarino no Pacífico, com fibra ótica de dois núcleos.

A empresa japonesa Sumitomo Electric é responsável pela primeira produção mundial de MCF em massa, que começou em 2023 e considera uma fibra com dois núcleos.

A ideia é reduzir custo por *bit*. Se aumentarmos o número de núcleos, numa mesma fibra, no mesmo espaço – um cabo muito pequeno pode ter algumas dezenas ou centenas de fibras! – estaremos a transmitir mais *bits*. E se o custo de instalação é o mesmo, isso permite ter um custo final mais baixo. É o que tem feito progredir esta pesquisa!

A investigação tem, pois, o propósito de aumentar a capacidade, reduzindo simultaneamente custos de transmissão?

Se aumentássemos a capacidade e o custo fosse proporcional, economicamente não valeria a pena. Atualmente as fibras instaladas e exploradas comercialmente só têm um núcleo. A ideia é aumentarmos a complexidade, mas com a perspetiva de reduzir custos.

Na cidade de L'Aquila há um *test-bed* semelhante, mas de dimensões bastante mais reduzidas comparativamente ao que pretendemos concretizar. L'Aquila foi sacudida por um terramoto há uns anos. Tiveram de reestruturar todas as infraestruturas urbanas, aproveitaram para fazer novas condutas e instalaram lá um *test-bed*.

O nosso *test-bed*, no entanto, será o primeiro de demonstração a utilizar a MCF em ambiente de *stress* significativo para a transmissão de informação e com alcances que podem atingir centenas de quilómetros.

No ambiente do túnel do Metropolitano existe uma pressão, que é variável no tempo, devida ao túnel de ar, ao movimento do comboio que exerce uma pressão mecânica de trepidação, sendo reconhecido

A importância dos *test-beds*

Um *test-bed* visa “a disponibilização de infraestruturas e equipamento por entidades que detêm capacidade instalada, para a testagem e experimentação de produtos e serviços inovadores em ambiente tão próximo quanto possível do ambiente real”.

Neste projeto do IT Iscte, o *test-bed* deve permitir a realização de testes de campo, emulando redes de transmissão por fibra ótica com diferentes coberturas:

1. redes entre Centros de Dados com alcance até várias dezenas de km,
2. redes de acesso (Fibre To The Home – FTTH) com alcance até 20 km,
3. redes de médio-longo alcance com alcance de várias centenas de km e
4. redes de longo alcance acima de 1 000 km.

O fim último será sempre conseguir transmitir a mesma quantidade de *bits* por segundo entre dois pontos, de forma menos dispendiosa e daí a experimentação ser feita com fibras óticas multinúcleo.

No caso do *test-bed* na rede do Metropolitano de Lisboa, o cabo será instalado em anel, de modo que permita a concatenação de várias fibras multinúcleo que, dependendo do teste, poderão ser ligadas em série ou testadas individualmente.

que as características de transmissão das fibras multinúcleo são altamente afetadas quando a fibra fica sob *stress* mecânico.

Encaramos esta nossa investigação como uma contribuição chave para o desenvolvimento deste tipo de fibra em situações de transmissão que são potencialmente adversas.

Que equipa está a desenvolver o trabalho nesta fase inicial?

Neste momento, a equipa são três docentes do Iscte, membros do IT, e têm feito simulação e trabalho experimental em laboratório. As minhas atividades no projeto são essencialmente de gestão. Temos um problema: a escassa disponibilidade das pessoas, devido às suas atividades letivas. No meu entender, fazer um investimento numa infraestrutura deste género não se coaduna com ações de investigação em *part-time*.

Esta equipa não irá fazer as instalações, mas temos a nosso cargo as experiências de transmissão e de medição de qualidade. É preciso ter pelo menos um investigador (preferencialmente dois), com experiência em trabalho experimental em Comunicações Óticas, a trabalhar a tempo inteiro. Dito de outra forma, podemos não ser ultrapassados no processo de instalação, mas corremos o risco de o ser no processo de obtenção de resultados.

O financiamento de uma proposta de investigação como esta enquadra-se em alguma linha de financiamento europeu?

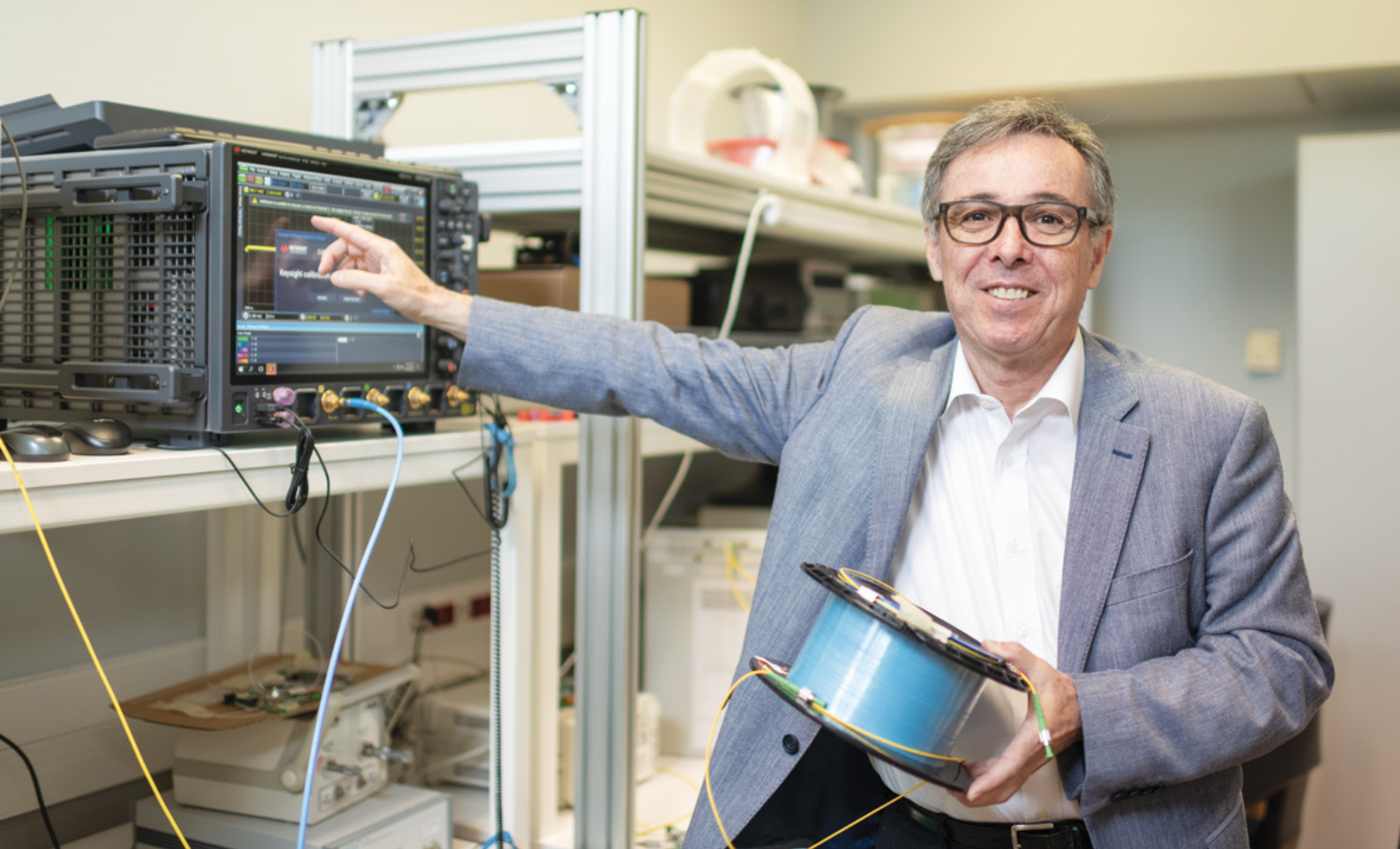
Pensando naquela experiência de L’Aquila, tanto quanto sei, esse projeto também só tem financiamento nacional, pois a infraestrutura serve essencialmente Itália. Penso que, por cá, face a um projeto como este, por exemplo a Agência de Inovação e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia poderiam dar uma resposta de apoio.

Há uma estimativa de custos?

Estamos nessa fase. Este é um processo moroso, embora, pela sua natureza, o projeto deve ser executado rapidamente, caso contrário perde o interesse e o valor.

Os custos que para já podemos estimar prendem-se com os custos das fibras, a que acrescem os custos com o fabrico do cabo compatível, cuja instalação incorre em custos que também já estimamos.

Além do cabo que vai ligar um ponto a outro, precisaremos de ter pontos de acesso para testar situações



No *test-bed*, faremos testes e medições com vários tipos de fibra multinúcleo em ambiente real, o que constitui a inovação. Este tipo de fibra permite aumentar substancialmente a capacidade de transmissão

distintas de transmissão. Tudo isto implica custos adicionais em termos do equipamento e, como é uma tecnologia de ponta, são equipamentos com um preço consideravelmente elevado. Também os custos adicionais dos recursos humanos já foram estimados.

Têm já um cronograma de execução?

Gostaríamos de ter, até ao final deste ano, o *test-bed* instalado. Porém, as empresas parceiras propõem que, em vez de termos só um tipo de fibra multinúcleo, testemos vários tipos de fibra e diferentes situações – o que é compreensível. Sendo realista, seria ótimo daqui a um ano termos o *test-bed* disponível. O cabo vai ligar-se ao nosso laboratório (do IT) no Edifício 2 do Iscte, daí irá por uma conduta para a rede de Metropolitano e depois circulará na linha Amarela, que passa a uma centena de metros do laboratório do IT no Iscte. Depois de circular ao longo da linha Amarela, volta novamente ao nosso laboratório. Esta é a forma de conseguirmos fazer as verificações sem termos de ir para as instalações do Metro de Lisboa. ■



ENTREVISTA

SANDRA LOUREIRO

Professora Iscte Business School
Investigadora BRU-Iscte

AVALIAR A SUSTENTABILIDADE DO TURISMO EUROPEU

Uma Marie Curie Post-Doctoral Fellowship trouxe uma investigadora do Montenegro para trabalhar no Iscte, num projeto que procura uma abordagem quantitativa e também qualitativa do turismo na forma como este impacta o ambiente e os locais. O grande desafio desta investigação é fazer essa radiografia setorial em 27 países europeus

O projeto TOURSUS-EU quer avaliar a sustentabilidade do turismo, através de uma abordagem macro e micro, de forma inovadora. Pode explicar?

Dizemos que é inovador porque faz um levantamento exaustivo de indicadores relacionados com a atividade turística de 27 países europeus. Analisa o turismo de massa, um turismo sobretudo urbano, com dados da própria Comissão Europeia, com os quais se verá a evolução ao longo do tempo – com diferentes picos, como aconteceu aquando da pandemia.

Por um lado, os turistas trazem rendimento para a população local, o turismo, economicamente, é uma atividade favorável, é uma exportação, mas, por outro lado, também causa problemas de sustentabilidade a nível económico, social e ambiental. Está em causa a poluição sonora, sim, mas também aspetos relacionados com não haver mais espaço para a própria população local poder viver.

A nível macro, vai tentar fazer-se um levantamento com diferentes países da União Europeia, ver a evolução do fluxo de turistas. São feitas entrevistas à população local para perceber o que as pessoas estão a perceber; começámos já essa tarefa em Lisboa. No fundo, pretende-se perceber o que lhes causa transtorno relativamente à atividade turística. Pretende-se apurar o que se poderá fazer para mitigar os aspetos negativos.

Ao nível micro, foram selecionadas três cidades: Lisboa, Veneza e Split (Croácia). Em Lisboa já começamos a trabalhar, em Veneza a recolha de inquéritos desenvolve-se desde abril e, em Split, ocorrerá em outubro de 2024. Fazemos o levantamento de dados e depois faremos comparação entre as três cidades.

A que se deve a escolha, para a análise comparativa, dessas três cidades: Lisboa, Veneza e Split?

São cidades similares no que diz respeito à procura e oferta turística. As três recebem muitos turistas e têm um problema de *over tourism*. Será importante perceber se os fatores e as perceções da população local são semelhantes ou se mostram perspetivas diferentes. Queremos medir o impacto do turismo de massas através da análise de dados de destinos turísticos listados como Património Mundial da Unesco.

Lisboa, Veneza e Split são cidades similares no que diz respeito à procura e oferta turística. Recebem muitos turistas e têm um problema de *over tourism*. Será importante perceber se os fatores e as perceções da população local são semelhantes ou se mostram perspetivas diferentes

Quanto à metodologia, vão ser usadas grandes quantidades de dados da União Europeia sobre a atividade turística nos 27 países?

A proposta desta investigação baseia-se na utilização de conhecimentos e métodos analíticos de última geração: modelos de painéis dinâmicos, análise de séries temporais, análise de decisão multicritério e análise de *big data*.

A série de dados que vamos analisar está balizada entre 2000 e 2024. Só desta forma é que podemos criar séries temporais, em painel, e depois utilizar técnicas econométricas para analisar essa evolução.



Há já zonas em Lisboa em que se funciona como em gueto, em que as pessoas não sabem bem como lidar com o outro. A insegurança deriva, então, da incompreensão de outras culturas

Há pontos-chave ou ângulos de observação identificados para fazer essa análise?

Dos dados que foram recolhidos em Lisboa já temos algo ao nível micro. Por exemplo, as pequenas e médias empresas – restaurantes, lojas – queixam-se muito da parte da poluição sonora. Essa é, de resto, uma realidade que quem habita na capital conhece. A poluição sonora é o ruído causado pelo grande afluxo de turistas que acabam por beneficiar economicamente algumas pequenas, médias ou microempresas, mas, depois, a população também não consegue dormir. Outros pontos-chave da análise identificam a poluição e depois os preços praticados.

Como os turistas podem pagar mais no alojamento local, isso inflaciona os preços das casas. O mesmo acontece com os bens de consumo, de alimentação e outros. E isto justifica-se pelo afluxo de turistas que, naturalmente, têm maior capacidade económica. As pessoas queixam-se de alguma insegurança, relacionada com o turismo, até porque muitos turistas acabam por beber demais e isso tem consequências. Há ainda um outro ponto-chave identificado: a imigração.

De que forma é que a imigração é conectada com o turismo?

A imigração é identificada como um problema porque as pessoas inquiridas consideram que pode trazer coisas positivas, mas pode também trazer outras negativas: têm alguma dificuldade em perceber a diferença de culturas, por não conhecerem a cultura do outro. Muitos empregados de restaurantes ou de entrega de comida são imigrantes.

Pode haver aqui uma lacuna da parte das autoridades públicas, ao não encontrarem espaços e formas de as pessoas de culturas diferentes se conhecerem. Há já zonas em Lisboa em que se funciona como em gueto, em que as pessoas não sabem bem como lidar com o outro. A insegurança deriva, então, da incompreensão de outras culturas.

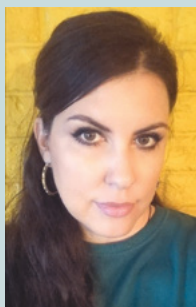
Há também o lado das pessoas que são migrantes e que certamente também não percebem o lado dos portugueses. Os imigrantes também têm lojas e muitas vezes sentem-se fora do contexto. Há carência de diálogo intercultural entre as várias comunidades. A insegurança pode ser mútua.

Como se pode medir a sustentabilidade do turismo ou, por outras palavras, que metodologias e etapas este projeto vai seguir?

Na parte do trabalho de investigação mais micro, estamos a usar uma análise mais qualitativa, as entrevistas vão ser classificadas, vamos criar *clusters* e perceber exatamente, ao pormenor, quais são as grandes áreas positivas e negativas. Iremos comparar esses dados com os das outras cidades. Iremos também tentar ver se, com dados das próprias cidades, conseguimos criar um painel sobre cada uma com indicadores, como poluição, nível de ruído, evolução da atividade económica, etc., ao longo do tempo, e estabelecer uma correlação sobre a evolução desses indicadores. Isso ajudará a perceber como cada cidade se posiciona e o que está a tentar fazer para lidar com os problemas.

A análise mais macro parte dos dados da União Europeia, como a procura energética, rendimento *per capita*, níveis de CO₂, consumo de água, etc. e, com esses dados reais, vamos fazer o cruzamento com a presença de turistas. Dessa forma, poderemos ter uma noção da evolução. Isso deverá ser feito

*



**Ana
Gardasevic**

No seguimento do concurso de Bolsas de Pós-Doutoramento MSCA do Horizonte Europa em 2022, uma das candidaturas que teve a BRU-Iscte como instituição de acolhimento foi bem-sucedida. E assim, Ana Gardasevic, do Montenegro, chegou a Lisboa em julho, para realizar o projeto TOURSUS-EU – Assessing Tourism Sustainability in the EU Region: A Quantitative Approach, projeto supervisionado por Sandra Loureiro.

A proposta TOURSUS-EU tem por objetivo contribuir para a definição e a transição para um modelo de turismo mais sustentável, pretendendo introduzir uma nova abordagem para medir o impacto do turismo de massas na economia e na sociedade, o que constitui um dos principais problemas da UE. A investigadora montenegrina diz que está, até ao momento, muito satisfeita com este desafio que abraçou no Iscte.

ainda em 2024, sendo que o projeto termina em 2025. Iremos publicar artigos científicos e organizar eventos públicos, bem como a participação em conferências, para divulgar os dados recolhidos e partilhar o conhecimento.

Pelo que já foi dito, este é um trabalho de investigação muito exaustivo. Há uma equipa a trabalhar nele?

Neste momento é a Ana Gardasevic* que está a trabalhar neste projeto com apoio de um aluno de mestrado. Temos também o envolvimento de pessoas de outros países, nomeadamente em Itália e na Croácia, respetivamente na Università Ca' Foscari e na Universidade de Split. Há professores dessas universidades a trabalhar neste projeto, embora esteja sediado no Iscte. Devo sublinhar que não foi fácil conseguir uma Marie Curie Post-Doctoral Fellowship, sobretudo sendo um projeto associado à sustentabilidade, que é um tema tão caro ao Iscte.

Finalmente, quanto a resultados e evidências finais no projeto, o que podemos esperar?

Teremos uma série de *guidelines*, com recomendações para estas três cidades. Uma espécie de carta branca com recomendações, mas sem os resultados. Um documento *soft*.

Por isso, seria depois interessante fazer também um evento aqui no Iscte, com o Turismo de Portugal e outras entidades.

Por outro lado, o Marie Curie tem como indicador que o próprio investigador, neste caso a Ana Gardasevic, seja alavancado como mais-valia para a investigação. Ela é uma investigadora com fortes *skills* na parte económica, quantitativa, mas não se sentia tão à vontade na parte qualitativa. Uma das mais-valias vai ser enriquecer-se com conhecimentos de *mix approach* do quantitativo e do qualitativo. Será uma mais-valia para ela enquanto investigadora.

Esperamos também poder fornecer aos decisores políticos um quadro mais claro para a gestão do Turismo na União Europeia e nas cidades da UNESCO, contribuindo para que a pegada de carbono global no turismo se situe abaixo dos 8% (valor atual de referência para as emissões globais de carbono resultantes da atividade turística). ■

ENTREVISTA

LUÍS NUNO RODRIGUES

Professor Iscte Sociologia e Políticas Públicas
Investigador CEI-Iscte

RESISTÊNCIA ÀS DITADURAS NUMA EUROPA DEMOCRÁTICA

Portugal, Espanha e Grécia estiveram envolvidos num projeto que investigou o papel dos jovens europeus na resistência às ditaduras do sul da Europa, na segunda metade do século xx. Esta investigação, liderada pelo Iscte, sucede a outra sobre o papel dos vários países europeus na queda do muro de Berlim e no fim da Guerra Fria



O que se pretendeu com um projeto sobre o ativismo juvenil no sul da Europa em tempos de ditadura?

O projeto *Free your mind: Youth Activism in Southern Europe in Times of Dictatorship* procurou destacar a importância do ativismo juvenil e estudantil na oposição e no eventual derrube dos regimes ditatoriais da Europa do sul, na segunda metade do século XX. O projeto foi financiado pela Comissão Europeia no âmbito do programa *Europe for Citizens*, mais concretamente na linha *European Remembrance 2020*, sendo por isso um projeto de transferência de conhecimento que se destina sobretudo a atividades públicas e de disseminação, como conferências e exposições. Privilegia também um público jovem, pelo que a nossa ideia seria, com base na investigação, demonstrar a jovens europeus do século XXI como, apesar dos constrangimentos políticos e legais existentes, gerações anteriores de jovens foram capazes de se organizar, mobilizar e lutar nos países do sul da Europa contra regimes ditatoriais, contribuindo ativamente para o advento de democracias. A justificação teórica do projeto – essencial para o seu financiamento – era a explicação de que, apesar da 2.ª Guerra Mundial significar, em teoria, o triunfo das democracias sobre as ditaduras, houve determinados países, quer no sul da Europa, quer no leste europeu, em que permaneceram regimes ditatoriais. E explicar também que esses regimes adotaram leis e disposições legais que restringiam em muito os jovens, mas não só, as liberdades mais elementares: liberdade de associação, de manifestação, de reunião, etc. Pretendeu-se que os jovens atuais compreendessem que esses valores e direitos são preciosos, mas não são direitos ‘naturais’ – e como, ainda há tão pouco tempo, eles não existiam em países como Portugal, Espanha e Grécia.

Há, então, uma ausência de conhecimento dessa memória coletiva nas novas gerações, que procuraram colmatar?

Não digo que haja uma ausência de conhecimento, uma vez que esses temas já vão fazendo parte dos *curricula* universitários. Aqui no Iscte, por exemplo, os nossos cursos dão grande destaque à segunda metade do século XX, quer em Portugal, quer no resto do mundo. Mas queria enfatizar a ideia de que os pais e avós destas gerações, apesar de viverem em sociedades onde esses direitos lhes eram negados, tiveram capacidade para se organizar e lutar e, em última análise, tiveram um papel fundamental no derrube dessas ditaduras.

É certo que as ditaduras da Europa do sul não caíram só pelo ativismo juvenil, mas, no caso português, as sucessivas crises estudantis de 1962, de 1969, a crescente oposição dos jovens às guerras coloniais e o impacto de eventos internacionais, como a mobilização coletiva de Maio de 1968, ou, nos Estados Unidos contra a Guerra do Vietname, foi muito importante. Essa é uma história muito interessante de ser contada aos jovens de hoje, também para terem consciência de que têm de estar atentos, empenhados e manter uma cidadania ativa e consciente para garantirem os seus direitos. Por outro lado, importa perceber que a queda das ditaduras não ocorreu apenas naquele momento final em que, por exemplo em Portugal, pela intervenção das Forças Armadas, o regime caiu. Desde o início da década de 1960 que o ativismo juvenil está presente nos meios universitários, estendendo-se depois inclusivamente ao ensino secundário. E o “movimento dos capitães” acaba por ser também a expressão do inconformismo de uma geração mais jovem das Forças Armadas. Por outro lado, boa parte da geração que vai assumir liderança política no pós-25 de Abril

A nossa ideia seria demonstrar a jovens europeus do século XXI, que apesar dos constrangimentos políticos e legais existentes, gerações anteriores de jovens foram capazes de se organizar, mobilizar e lutar contra regimes ditatoriais, contribuindo ativamente para o advento de democracias

foi forjada no ativismo de resistência à ditadura, e o antigo presidente Jorge Sampaio é disso um bom exemplo. Esse ativismo estudantil contra a ditadura foi uma escola política para uma jovem geração, no nosso país, mas também em Espanha e na Grécia.

A investigação inseriu-se, portanto, num projeto europeu de evocação de memória coletiva?

Esta linha de financiamento não se destinava a projetos unicamente de investigação, estando integrada no programa designado por Europe for Citizens e na linha European Remembrance 2020. O financiamento é atribuído pelo tipo de atividades que organizamos e privilegia muito o envolvimento de organizações da sociedade civil e não apenas de universidades. São projetos de transferência de conhecimento. Quanto maior for a audiência e mais diversificada em termos de nacionalidade e representatividade, maior é também o financiamento. Antes deste, tínhamos já desenvolvido um outro projeto que se debruçava sobre o papel dos países europeus na fase final da Guerra Fria e na queda do muro de Berlim. Essa é uma narrativa que normalmente associamos aos Estados Unidos e à União Soviética, mas sabemos que a Europa teve um papel importante no desanuviamento e depois no final da Guerra Fria, desde os anos 1970, tendo como ponto alto a cimeira de Helsínquia. Esse foi um projeto que desenvolvemos com parceiros da Finlândia, da Holanda e da Alemanha.

O nosso desafio às associações juvenis com que colaborámos foi o de identificar os “muros” que hoje

em dia se erguem nas sociedades contemporâneas. Aqui, no Iscte, há um público natural para este tipo de projetos. Dirijo o Mestrado em Estudos Internacionais, leciono em língua inglesa, em que cerca de 60% dos estudantes são de fora de Portugal. Todos os anos recebemos 90 alunos e, por conseguinte, conseguimos facilmente encher um auditório com estudantes interessadíssimos por estes temas, o que aconteceu tanto no primeiro como no segundo projeto, sobretudo se a eles juntarmos estudantes de História, Ciência Política e outras áreas.

Em termos de equipa e parcerias, como geriu o FYM – Free your mind: Youth Activism in Southern Europe in Times of Dictatorship?

Tivemos, desde o início, a colaboração da professora Guya Accornero, que é, no Iscte, a grande especialista no estudo dos movimentos estudantis. Ajudou-nos muito a compor a equipa e a identificar parceiros.

Como parceiros internacionais tivemos a Universidade Complutense de Madrid, com quem já tínhamos uma relação através do professor Óscar Garcia (que estudou o ativismo estudantil em Espanha nos anos 1960 e 1970) e a Universidade de Creta (Grécia), onde pontifica a professora Maria Kousis, uma autoridade nestes temas.

Foram também envolvidas associações da sociedade civil: na Grécia, a Sociedade de Estudos Históricos de Creta, que gere o museu histórico da cidade de Heraclião. Em Portugal, o parceiro da

O risco de uma deriva autocrática e de uma erosão dos valores da democracia e da liberdade torna importante estudar momentos no passado em que isso já aconteceu

sociedade civil foi a Associação Ephemera, dirigida por José Pacheco Pereira.

Sendo projetos que privilegiam a divulgação e a transferência do conhecimento, aproveitamos este financiamento também para produzir conhecimento. A Ephemera tem um arquivo fantástico sobre o ativismo estudantil durante a ditadura e o próprio Pacheco Pereira tem esse passado. Um dos pontos altos do projeto foi a realização, aqui, no Iscte, de uma grande exposição, só com base no arquivo da Ephemera, que foi inaugurada pelo Presidente da Assembleia da República, e que esteve vários meses aberta, com visitas guiadas para estudantes de licenciatura, mestrado, etc.

Realizámos também uma conferência de abertura do projeto, com três painéis: um primeiro painel composto por académicos e investigadores, que faziam o ponto de situação do que sabemos, em termos históricos, sobre este assunto. Depois tivemos dois painéis de ativistas jovens: o primeiro de ativistas anteriores ao 25 de Abril e um segundo painel com ativistas do presente, envolvendo também a nossa Associação de Estudantes. Foi muito interessante perceber o contraste das preocupações de uns e de outros enquanto jovens. A sustentabilidade, as alterações climáticas, a inclusão, o direito à diferença são, hoje em dia, os temas pelos quais os jovens se mobilizam.

Relatórios sobre o estado da democracia, de que se fala noutra entrevista nesta revista, indicam que há hoje mais líderes autocráticos na Europa. Isso torna mais pertinente estes estudos?

Penso que sim. Como disse o historiador Marc Bloch, estudar e conhecer o passado também nos ajuda a melhor compreender o que acontece nos dias de hoje. Se existe esse risco de uma deriva autocrática

e de uma erosão dos valores da democracia e da liberdade, torna-se importante estudar momentos do passado onde isso já aconteceu. É evidente que os contextos são diferentes, mas a preocupação dos historiadores é também salientar que, se há uma lição que a história nos ensina, é a de que o presente não é algo adquirido, mas um arranjo momentâneo. Vivemos num mundo em que os direitos adquiridos podem ser postos em causa, não durar para sempre, há avanços e recuos, e as novas gerações devem estar atentas a essas tendências e às propostas políticas que possam vir a pôr em causa esses direitos.

Insistimos há muitos anos, com os nossos alunos de História, sobre a importância do *fact checking* quando lidam com o passado: não fazer afirmações sobre a História, não escrever teses, artigos, livros, sem que as conclusões estejam devidamente sustentadas em documentação fidedigna, em fontes primárias, que comprovem aquilo que estamos a dizer.

O projeto apostava muito no impacto quantitativo que teria sobre as audiências. Além da exposição da Ephemera e da grande conferência que a acompanhou, que outras atividades integraram o projeto?

Houve uma atividade com estudantes de escolas secundárias, em Madrid, e um *workshop* seguido de um debate público na Grécia, este com intervenções de vários especialistas e vários testemunhos sobre a ditadura na Grécia. Houve também uma conferência mais académica, a conferência final.

Tudo isto foi muito afetado pelo período da pandemia, que se revelou um desafio extra: como concretizar um projeto, pensado e preparado para atrair público, mas não ter esse público presencialmente?



Algumas atividades foram desenvolvidas por *zoom*, uma solução que além de não nos ter retirado audiência, permitiu contabilizar os participantes. Penso que globalmente conseguimos passar a mensagem a um público diferenciado em termos etários, geográficos, de nacionalidade. Realizámos atividades mais académicas e outras com cariz público e isso correspondeu bem àquilo que era o espírito do projeto.

Quais são os requisitos que um investigador em História Moderna e Contemporânea deve ter em conta ao formular uma proposta de projeto de investigação similar a estes?

Há duas dimensões importantes. Uma é a preocupação com a contextualização internacional da investigação em História de Portugal, neste caso com um projeto que se debruça sobre a segunda metade do século xx. Partimos do princípio de que só podemos estudar e entender a história da ditadura portuguesa se o fizermos no contexto internacional.

Nesta linha, o historiador Vitorino Magalhães Godinho falava dos chamados “complexos histórico-geográficos”, conceito que julgo ser muito pertinente. A segunda premissa advém da tradição da história que se faz no Iscte. A fundadora do nosso departamento, a professora Miriam Halpern Pereira, insistia muito na dimensão da “história comparada”. Quer dizer que só conseguimos compreender verdadeiramente a História de Portugal se o fizermos numa perspetiva comparada, porque isso é também o que permite ultrapassar o mito da excecionalidade, ou da originalidade portuguesa, e identificar semelhanças e diferenças com as realidades que nos são comparáveis.

Em síntese: é muito importante a dimensão do contexto e a dimensão comparativa. É isto também que permite que haja financiamento europeu, porque só dessa forma conseguimos inserir a História de Portugal nas agendas de investigação internacional. Seria um conselho que eu deixaria aos nossos estudantes e aos jovens historiadores. ■

CAPACITAR ARTISTAS PARA



LUÍSA VELOSO

Professora Iscte Sociologia e Políticas Públicas
Investigadora CIES-Iscte

INTERVIREM NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Com apoio do Programa Europa Criativa, o CIES-Iscte integra a equipa de um projeto liderado pela Associação Cultural Sete Anos para criar e validar um modelo de práticas artísticas como práticas pedagógicas na escola pública, através do qual se pretende capacitar artistas para a intervenção em escolas

Qual é o foco do projeto ARECA?

O projeto “Educação Artística e Capacitação: metodologias, instrumentos usados pelos artistas para atuar nas escolas” tem como foco fundamental a capacitação dos artistas para trabalharem em escolas públicas. É um projeto colaborativo interdisciplinar focado na relação entre práticas artísticas contemporâneas e práticas de aprendizagem. É liderado por Cláudia Dias, que é uma pessoa da dança, uma *performer* que criou a Associação Sete Anos e que trabalha com artistas de várias áreas, como a música e o teatro. Mas este projeto tem um passado...

Qual é o contexto?

O projeto Sete Anos Sete Escolas teve origem em 2016, em Almada, com o apoio da Câmara Municipal e de outras entidades. Teve o apoio também da Fundação Calouste Gulbenkian, no quadro do programa PARTIS – Práticas Artísticas para a Inclusão Social e da Fundação la Caixa. Nessa altura eu e outras pessoas das ciências sociais fomos convidadas para acompanhar o projeto da Cláudia Dias durante três anos. Depois foi criada a Associação Sete Anos e o projeto Sete Anos Sete Escolas está, neste momento, a ser realizado no Seixal, no âmbito das Comunidades em Ação – Operações integradas metropolitanas, apoiado pelo PRR – Plano de Recuperação e Resiliência e pelos Fundos Europeus Next Generation EU.

O ARECA trabalha com artistas, mas é também um projeto internacional?

O ARECA, no fundo, responde ao objetivo de capacitar artistas para trabalharem em escolas e tem a preocupação de ter uma dimensão internacional para poder chegar a mais pessoas, não ser só desenvolvido no contexto português.

Assim, há dois parceiros internacionais. Em Espanha, a Azala, projeto que combina um projeto cultural e um projeto de alojamento rural. No país basco

francês, a Rouge Elea, na Nova Aquitânia, uma companhia que cruza circo, dança e música.

Quando foi elaborada a candidatura ao programa Europa Criativa, que tem também como objetivo financiar projetos de cooperação, a Cláudia convidou-me para, mais uma vez, acompanhar o projeto de forma a que fosse possível produzir trabalho de carácter científico, importante para os artistas e pessoas que levam a cabo estes projetos.

O papel da universidade nesta parceria é sobretudo de validação e homologação do rigor no trabalho desenvolvido?

O trabalho da equipa do CIES no projeto – eu, a Joana Marques e a Carlota Quintão – é de acompanhamento, fazendo, por exemplo, entrevistas às pessoas que estão a trabalhar nas escolas, artistas, professores. Desenvolvemos, também, um amplo conjunto de outras atividades, como oficinas com os jovens, etc. É uma atividade que realizamos em estreita colaboração com a Sete Anos. E, como o país líder é Portugal, iremos depois coordenar o trabalho de investigadores que estão em Espanha e França.

Como é normal num projeto de investigação científica, vamos fazer um ‘estado da arte’ sobre educação artística e cultural, acionar vários procedimentos metodológicos, como, por exemplo, grupos focais com professores e estudantes, para chegar a resultados científicos sobre a problemática – sobre a criação artística e cultural e a sua relação com a educação e, neste sentido, sobre o papel dos artistas nesse domínio. Como envolve cooperação, temos também o papel de acompanhar o projeto, como fizemos no PARTIS: assistindo a sessões dinamizadas pelos artistas nas escolas, promovendo reflexões conjuntas, etc.

Em que escola está a ser desenvolvida esta iniciativa?

Estamos a trabalhar na Escola Básica 2,3 de Corroios, do Agrupamento de Escolas João de Barros. De uma

O ARECA é um projeto colaborativo interdisciplinar, focado na relação entre práticas artísticas contemporâneas e práticas de aprendizagem

maneira geral, trata-se sempre de escolas com públicos com vulnerabilidades sociais com diferentes configurações.

O trabalho na escola do Seixal decorre entre janeiro e maio. Durante este período realizamos pontos de situação, reuniões, grupos focais, entrevistas aos artistas, oficinas com os estudantes e com os professores, para irmos produzindo conhecimento e darmos retorno à equipa, que considera muito importante este olhar externo. No final, está pensado um *handbook* que condense práticas e metodologias de intervenção artística em escolas.

É ponto assente o projeto só trabalhar com as escolas públicas, assumindo uma atitude de valorização do papel fundamental da escola pública, não só para contribuir para a educação dos jovens, mas também para fomentar um espírito de cidadania.

O projeto vai só passar pelo Seixal?

Não. A partir de setembro do corrente ano, o método será aplicado nas realidades espanhola e francesa. A candidatura do projeto contempla nove artistas, 24 professores e 150 estudantes, mas há outros

beneficiários, como o poder local. Está subjacente a ideia de democratizar o acesso à criação artística.

Não sendo um projeto de investigação “pura”, como disse, tem propósitos muito concretos.

O objetivo é formalizar um método pedagógico que a Cláudia Dias está a trabalhar desde 2016. Espera-se produzir um resultado final que possa ser utilizado por outras pessoas, por outros artistas, a partir de um processo participado de reflexão e experimentação, mas em que as aprendizagens possam ser sistematizadas e o projeto possa ser desenvolvido noutros contextos.

A Cláudia Dias mobiliza uma metodologia específica de trabalho intitulada “Técnica de Composição em Tempo Real”. É adotada no trabalho com os jovens tendo, neste caso, como ponto de partida um trabalho da Cláudia, mas são eles que criam as peças. Portanto, ela não vai ensiná-los. Todas as semanas há um espaço de tempo, que está definido com as escolas, e durante várias sessões vão trabalhando diferentes temas, diferentes abordagens. Depois, a Cláudia vai convocando os artistas que convidou em função das suas especificidades, um músico ou um treinador de *Kick Boxing* e de *Muay-Thai*.

Esses são os tais nove artistas que o projeto refere como beneficiários diretos?

Sim. E um dos aspetos relevantes é a possibilidade do trabalho que a artista faz poder articular-se e integrar conteúdos formais de aprendizagem.

Ela trabalha imenso o português, é exigente do ponto de vista da linguagem, da precisão, nas questões da história, na formação de cidadania, no ser uma pessoa politicamente ativa, e isso permite convocar o conhecimento dos jovens com práticas que decorrem na aprendizagem formal ao longo do ano letivo. Este trabalho, como referi, evolui porque estão juntos praticamente todas as semanas e culmina com apresentações públicas do trabalho de criação



A partir da metodologia “Técnica de composição em Tempo Real” espera-se produzir um resultado que possa ser utilizado por outras pessoas, por outros artistas, a partir de um processo participado de reflexão e experimentação

realizado pelos estudantes. Mas, note-se, ela não vai ensinar nada: eles dizem o que querem fazer, trabalham em conjunto.

Outra coisa que me agrada profundamente, até como docente, é que muitas vezes é mais importante o processo do que o resultado final. O resultado são os jovens e as suas circunstâncias. Penso que existe esta visão: o que podemos dar a estes jovens? O que aprendemos com eles? O resultado depende do que querem fazer.

O projeto tem também um espetáculo final por que, para um ser humano, é importante o reconhecimento público. Há jovens que dão muita importância a isso, porque é a oportunidade de os familiares verem o trabalho que realizam (quando até os achavam incapazes de o fazer).

O manual que sairá deste projeto vai expor essa metodologia assente na ‘Composição em Tempo Real’?

Será um manual de ferramentas para artistas quando estão a trabalhar em contexto escolar. Mas pode ser usado por outros profissionais, como os professores. Não sabemos ainda qual será o formato final, mas, seguramente, será disponibilizado para toda a gente e em várias línguas. Vamos colaborar no *handbook* e vamos, também, publicar artigos científicos.

Para a investigação académica, para o CIES-Iscte, o que é mais enriquecedor na participação num projeto como este?

Para uma instituição como a nossa é muito importante encontrar artistas como a Cláudia Dias que consideram o trabalho de investigadores relevante para a sua prática. O trabalho que fazemos com o

projeto é cientificamente rigoroso e cumpre exatamente os trâmites de qualquer outra investigação. Tem uma base teórica, tem metodologia, ferramentas, conclusões, trabalho analítico, tudo.

Cruzar o trabalho artístico com o trabalho nas escolas e a investigação tem o papel crucial de fundamentar e produzir conhecimento para estas práticas. Dá sustentação aos artistas.

Outro aspeto importante, para o CIES e para o Iscte, é o conjunto de resultados científicos produzidos. Como o foco é a escola pública – e o Iscte tem uma área muito relevante nas políticas públicas – esta é, ainda, uma oportunidade para discutir políticas educativas e políticas no domínio das artes e da cultura.

Os artistas que trabalham a escola pública e as artes podem fazer a diferença no trabalho com populações socialmente mais vulneráveis. Mas também nos permite perceber a importância do trabalho artístico na vida de todos nós, enquanto cidadãos. Trabalho com artistas há alguns anos e considero que estes projetos têm ainda uma particularidade importante: tentar colmatar a precariedade dos artistas, através do financiamento do projeto.

Por último, muito importante também para o Iscte, é perceber que a criação artística é uma forma de produção de conhecimento tão válida quanto o trabalho científico, só que se faz noutros moldes.

E, da parte da academia, há essa sensibilidade?

Não, acho que não há. Mas estes projetos servem também para mudar isso. Nós produzimos conhecimento científico, temos os indicadores que a academia valoriza, mas também temos este reconhecimento daquilo que nós próprios aprendemos com os artistas. É investigação-ação. ■

ENTREVISTA

TIAGO FERNANDES

Professor Iscte Sociologia e Políticas Públicas
Investigador CEI-Iscte

PORTUGAL ESTÁ NAS 25 MELHORES DEMOCRACIAS DO MUNDO

O Democracy Report, produzido pelo V-Dem Institute da Universidade de Gotemburgo, reúne análises às instituições políticas, por um vasto grupo de peritos através de critérios rigorosos. A edição de 2023 evidencia que Portugal tem vindo a perder posições no Índice de Democracia Liberal, sobretudo por deficiente funcionamento da justiça e dos media



Portugal sai bem no retrato das democracias no mundo?

Nos relatórios anuais publicados pelo Instituto V-Dem (Varieties of Democracy), Portugal tem estado entre as melhores democracias do mundo, nomeadamente nas dimensões associadas ao que se designa por democracia liberal, com critérios como a qualidade das eleições e do processo eleitoral.

Portugal nunca teve casos de corrupção eleitoral. Em termos de autonomia dos parlamentos, de níveis de Estado de Direito, Portugal não tem grandes problemas.

No último relatório do V-Dem, em 2023 Portugal desceu alguns lugares. Porque é que isso aconteceu?

Há uma ligeira erosão, mas Portugal ainda está nas 25 melhores democracias do mundo, em quase 180 países! Se Portugal desce um pouco, o que acontece desde 2018, também se deve a outros países terem subido de posição no relatório. No entanto, há áreas onde houve uma erosão que vai para além do que é a margem de erro.

Que áreas são?

Uma das áreas é a qualidade dos media e o pluralismo da informação. Há muita opinião e pouca informação. Segundo o relatório, aquilo que se pode chamar o pluralismo informativo sofreu declínio, deteta-se também alguma permeabilidade na independência dos media, provavelmente por influências políticas. Há muito 'comentariado' político e muito partidarizado. Penso que pode haver problemas financeiros associados aos grupos de media, o que terá algum impacto.

O segundo aspeto tem que ver com o declínio no acesso à justiça e a sua qualidade. Isso reflete-se depois na igualdade dos cidadãos em terem os seus direitos cumpridos. Também nesse aspeto houve

alguma erosão. Há alguma tensão também entre o sistema político e o sistema judicial.

Essa conflitualidade entre os sistemas político e judicial contribui para um menor prestígio de ambos, aos olhos da população?

Sim, de ambos. Portugal sempre teve esses problemas, mas eles agravaram-se nos últimos anos. Há um terceiro aspeto, que se agravou com a maioria absoluta: a menor capacidade de controlo do parlamento sobre o governo. Houve alguma tensão entre executivo e parlamento, que foi patente no funcionamento das comissões de inquérito que – segundo o relatório – não fizeram propriamente um grande trabalho de fiscalização.

Há também alguma tensão provocada por certos processos legislativos apresentados pelo governo que colidiam com algumas liberdades cívicas e tiveram chumbo do Tribunal Constitucional. Foi o caso dos metadados, da lei das secretas e o diploma sobre a morte medicamente assistida. Houve várias propostas do Governo sobre estas leis, que foram sempre recusadas, e gerou-se tensão.

Há ainda um quarto aspeto que contribuiu para uma menor autonomia do governo. A partir de certa altura, a capacidade do primeiro-ministro ser quem nomeia ou demite os ministros, na prática passou a estar um pouco coartada por causa da tensão com o Presidente da República. Isso prejudicou também a capacidade de atuação do governo.

Estas são as principais causas da erosão democrática, mas não se pode dizer que Portugal esteja numa crise democrática.

O relatório do V-Dem denuncia que 42 países no mundo estão a viver episódios de autocratização e, desses, 28 eram ainda democracias recentes.

Que fenómeno é este?

Identificamos dois tipos de autocratização. Há os regimes que não são democráticos e se tornam ainda

O relatório V-Dem, ao contrário do que se diz nos media, afirma que Portugal não tem uma corrupção generalizada. Ao longo de décadas os níveis de corrupção na democracia portuguesa têm vindo a diminuir, até porque há mais controlo e vigilância

mais autoritários, como a China que, na última década, é um regime ainda mais centralizado e personalizado na figura do líder, Xi Jinping, ou a Rússia, com eleições falseadas e manipuladas, mas que era um regime híbrido e gradualmente tornou-se uma autocracia fechada. Outros casos são a Venezuela, Cuba e a Coreia do Norte.

Há, depois, um fenómeno interessante que, de certa maneira, põe em causa as teorias desenvolvidas a partir da revolução portuguesa de 1974/1975, que originou a chamada terceira vaga de democratização, em que a democracia se expandiu no mundo como nunca acontecera. Na terceira vaga de democratização, mas também em democracias mais antigas, começa a haver um processo de erosão democrática em que liberdades cívicas começam a estar em causa, enquanto a capacidade de manipulação eleitoral aumenta. Há também a restrição de direitos, baseada na identidade religiosa ou étnica.

Começamos a observar declínio democrático importante em países como os EUA, a Índia e, na Europa, na Grécia ou Itália. Já a Polónia, como o Brasil, conseguiram reverter essa situação. Temos assim democracias que estão sob ataque e algumas deixaram de ser democracias, como a Hungria.

O relatório V-Dem também adverte que a ascensão do populismo se revela como fenómeno global, mas de que forma?

O relatório enfatiza que, com a ascensão dos populismos à escala global – muitos deles são partidos autoritários e etno-nacionalistas, como o de Modi, na Índia – a erosão é menos visível se contarmos por países, mas se contabilizarmos por população é muito maior, porque são sobretudo grandes países que têm tendências autocratizadoras.

A China, Rússia, Irão, Venezuela nunca foram propriamente regimes democráticos, mas também estes regimes estão em crise séria.



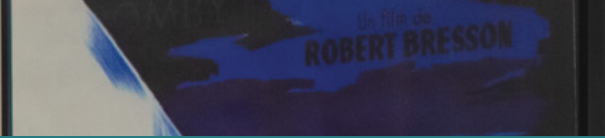
Os Estados Unidos, o Brasil, a Indonésia, a própria África do Sul são países com muita gente. Por isso, à escala global, a percentagem de população que vive em autocratização está praticamente nos 70%. Se analisarmos por país, essa tendência é menos visível.

Como se identificam essas tendências autocratizantes?

Os regimes presidencialistas têm maior propensão a ter crises democráticas no contexto atual. Estados Unidos, Brasil, Índia são sistemas presidencialistas

e são países federais. Portanto, o presidencialismo permite uma concentração de poder num só indivíduo, e legitima essa concentração de poder. Alguém com uma personalidade carismática potencializa essa concentração. Ao invés, nos sistemas parlamentaristas, tem de haver mais negociação.

Em segundo lugar, nos sistemas presidencialistas há uma menor capacidade de controlo do órgão legislativo sobre o governo, porque há duas legitimidades separadas. O governo é nomeado e precisa da legitimação do parlamento. Nos sistemas



Índice de Democracia Liberal – Como se forma?

A metodologia dos relatórios Instituto V-Dem usa dados objetivos. Por exemplo, em que medida é que os parlamentos têm capacidade de trazer o governo a ‘prestar contas’? Qual é a capacidade de investigação das comissões parlamentares? São quase 70 variáveis!

Outra parte que compõe este índice são avaliações de um número grande de peritos, mas também de outras pessoas com habilitações adequadas. A partir das avaliações dos académicos, que respondem a um questionário sobre os indicadores de democracia, faz-se depois o cálculo, uma média ponderada.

A maioria dos inquéritos de avaliação da democracia à escala mundial têm apenas um ou dois peritos, mas no V-Dem há muitos por pergunta, grande diversidade de opiniões de especialistas no tema, equilíbrio de género mas também entre os que vivem no país e os que vivem fora.

Os índices do *The Economist* ou da *Freedom House* têm muito poucos peritos a responder a uma multiplicidade de perguntas e países. Já neste projeto do V-Dem, quem define a conceptualização, a avaliação e a compreensão dos dados são académicos. Assim, tudo é feito segundo o rigor académico. Procede-se sempre a revisão dos índices, introduzindo-se novos critérios, o que torna este *ranking* V-Dem a avaliação mais completa que existe à escala global, com mais de 300 indicadores.

Devo notar que Portugal é um país particularmente crítico de si próprio, o que pode traduzir-se numa avaliação particularmente negativa, tanto da opinião pública como dos peritos sobre a situação política do momento.

Os partidos democráticos têm agora o desafio de encontrar novas formas de colaboração, que não eram possíveis por divisões entre esquerda e direita

presidenciais não é assim: o presidente é eleito diretamente e a relação com o congresso ou parlamento nacional é uma dupla legitimidade. O presidente mais dificilmente pode ser destituído ou controlado. É o problema que estamos a ver nos Estados Unidos e que no Brasil paradoxalmente foi resolvido. Na recandidatura de Lula houve também uma oposição toda unida, da esquerda à direita, e isso não acontece nos EUA, com o Partido Republicano.

Estamos a assistir, na Europa, ao crescimento dos partidos populistas com a sua normalização em sistemas democráticos?

Os partidos populistas exploram também o descrédito dos políticos, seja real ou imaginado. E afirmam-se, eles mesmos, como representantes do povo ímpoluto contra as elites corruptas. Mas é um discurso ideológico sem qualquer adesão à realidade. O relatório V-Dem, ao contrário do que se diz nos media, afirma que Portugal não tem uma corrupção generalizada. Podia estar melhor, mas ainda está nas trinta melhores democracias no mundo. Ao longo de décadas os níveis de corrupção na democracia portuguesa têm vindo a diminuir, até porque há mais controlo e vigilância.

O descrédito da classe política, que também é um fenómeno global, é explorado pelo partido Chega. No entanto, houve aqui uma conjuntura que favoreceu isso: a crise inflacionária, a crise da habitação e

a crise da saúde, real, mas também empolada com algum exagero. Por outro lado, a relação entre o sistema judicial e o sistema político, e os sucessivos casos lançados pela Procuradoria. As procuradorias têm de balançar a sua atuação de independência com alguma responsabilidade e, por vezes, há aí algum desequilíbrio que pode ser explorado negativamente.

Disse recentemente, numa entrevista, que os populismos se centram na figura de um líder carismático “porta-voz do povo”. Pode explicar?

O populismo procura isso: um líder que representa a vontade da grande maioria do povo e tem uma base plebiscitária direta. Por isso é que se apresenta democrático.

A maioria dos movimentos populistas põe em causa outras dimensões da democracia: certas liberdades e direitos de minorias; liberdades cívicas e igualdade perante o Estado de Direito.

Outro aspeto é que a qualidade do debate público tende a diminuir, os insultos, os ataques pessoais, a desinformação – isso viu-se agora com o Chega a ficar inibido no Facebook durante dez anos.

Num terceiro aspeto relevo que, uma vez no poder, este tipo de partido começa por limitar a capacidade que outras instituições democráticas têm sobre os governos, como o parlamento e os tribunais independentes. Ou a possibilidade de nomear para tribunais superiores fiéis políticos seus e, portanto,

A democracia pode nascer de uma revolução

Além de professor de Ciência Política e Políticas Públicas do Iscte, Tiago Fernandes é também diretor do Centro Regional para a Europa do Sul do Instituto V-Dem (Varieties of Democracy), da Universidade de Gotemburgo, que publica o relatório anual sobre o estado da democracia no mundo.

O relatório analisa a evolução de um conjunto de dimensões dos regimes democráticos à escala global, para praticamente todos os países do mundo. Integra a equipa responsável pela análise e coordenação dos dados, concretamente relacionados com Portugal, Espanha, Itália, Grécia e França.

Este ano, Tiago Fernandes lança dois livros, ambos apoiados pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) e relacionados com projetos desenvolvidos no CEI-Iscte.



“Portugal 1974/1975 Revolução, Contrarrevolução e Democracia”

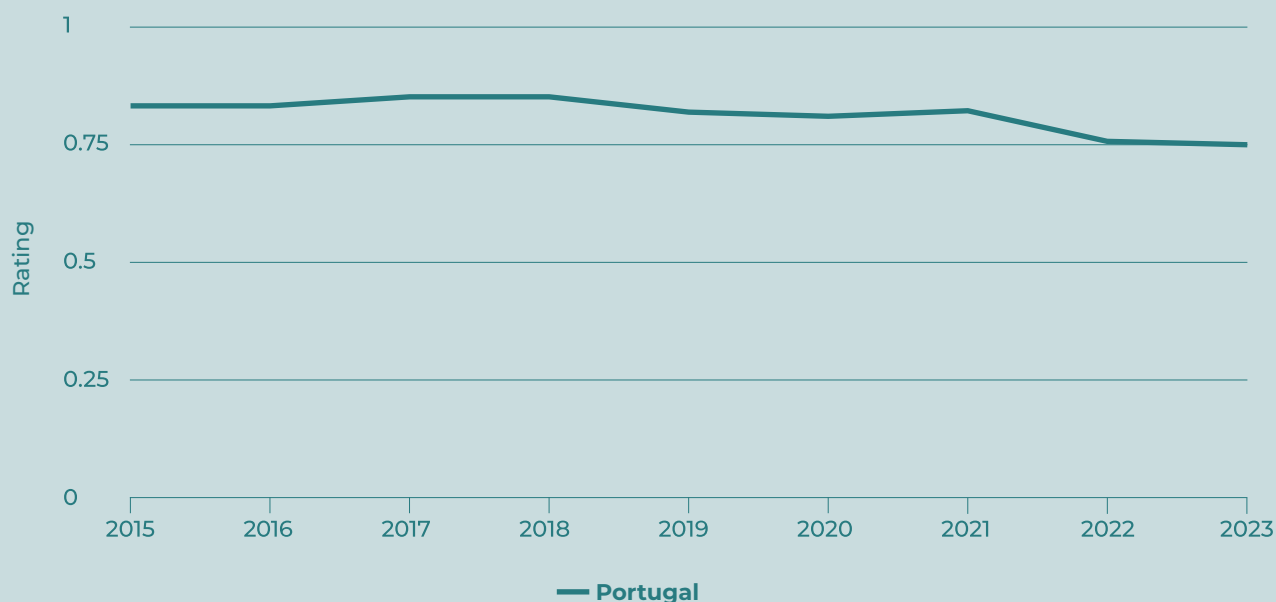
“O livro compara a revolução portuguesa com outras como a revolução russa, a revolução jugoslava, a Guerra Civil espanhola, etc., mas também com as revoluções recentes da Europa de leste. Compara Portugal com essas dinâmicas revolucionárias do século xx europeu, em vez de comparar com as ‘transições democráticas’. Tenta perceber porque é que há revoluções que originam regimes democráticos. O caso português mostra que, a partir de ditaduras de direita, é possível democratizar com uma revolução. Portugal tem também uma transição revolucionária relativamente pacífica, apesar dos métodos disruptivos, como ocupações de casas, reforma agrária, etc. Creio que isso tudo foi possível por causa do fim imediato da Guerra Colonial”, diz.



“Democratic Quality In Southern Europe – France, Greece, Italy, Portugal and Spain”

O autor sublinha que “tanto o CEI, com o enquadramento institucional e apoio logístico e administrativo, como o apoio financeiro da FFMS foram fundamentais para fazer os dois livros. Os dados do relatório V-Dem sobre Portugal são também financiados pela FFMS”, com a qual colabora desde 2015.

ÍNDICE DE DEMOCRACIA LIBERAL



Fonte: Michael Coppedge, John Gerring, Carl Henrik Knutsen, Staffan I. Lindberg, Jan Teorell, et al. 2024. "V-Dem [Country-Year/Country-Date] Dataset v14" Varieties of Democracy (V-Dem) Project. <https://doi.org/10.23696/mcwt-fr58>.

controlar os órgãos independentes que deviam fiscalizar o governo. Isso aconteceu na Hungria, onde Orban aproveitou a pandemia para instalar o estado de emergência sem prazo.

Sobre esse mesmo fenómeno, em Portugal, no jornal Público, afirmou que “a democracia portuguesa é suficientemente robusta para que a sociedade resista ao Chega”. Em que se baseia?

Em primeiro lugar, porque os partidos do centro – PS e PSD – têm mais de 60% dos votos, o que é robusto quando comparado com a maioria das democracias europeias. Em segundo lugar, embora haja tensões entre os dois partidos, também há sinais de possibilidade de colaboração em algumas áreas. E o governo (da AD) também deu sinais

de que prefere falar com a sua esquerda do que com o partido de extrema-direita – o que é um sinal positivo.

As propostas do Chega são, muitas delas, antiliberais e enquadram-se num programa antidemocrático e são irrealistas no domínio das políticas públicas. O fenómeno tem muito a ver com o contexto de incerteza. O contexto de crise inflacionária, a insegurança em aspetos fundamentais como o acesso à saúde e a crise na habitação, esses problemas agravaram-se nos últimos dois anos – embora os media exagerem – e isso cria pânico nas pessoas. Num inquérito que fiz, as atitudes de populismo na população portuguesa revelam que os portugueses são bastante abertos aos imigrantes, os preconceitos anti-imigração são minoritários, mas, quando

Para fazer
contra mobilização
face ao populismo,
Portugal tem uma
sociedade civil
relativamente robusta,
nomeadamente no
movimento sindical.
Embora os sindicatos
estejam em declínio
em todo lado,
em Portugal
conseguem juntar
nas ruas cerca de
meio milhão
de pessoas

se fala no acesso à habitação, maioritariamente defendem que seja dada preferência a cidadãos nacionais e não a estrangeiros.

A questão da habitação é hoje transversal em toda a Europa. A revista *The Economist* fez capa recente com “a grande crise habitacional, a nível mundial”. Os impactos da crise na habitação são vários e depende do país.

Qual é o papel da sociedade civil, com expressão nas ruas, face ao crescimento eleitoral dos populismos?

Esse papel é pouco considerado, mas é importante para fazer contra mobilização face ao populismo. Portugal tem uma sociedade civil relativamente robusta, nomeadamente no movimento sindical. Embora os sindicatos estejam em declínio em todo lado, em Portugal conseguem juntar nas ruas cerca de meio milhão de pessoas associadas. Se lhes juntarmos os agregados familiares, podemos estar a falar de mais de 1,5 milhão de pessoas.

Sabemos que nos países que reverteram ataques populistas ao sistema, a mobilização nas ruas foi importante. Os inquéritos revelam que há cerca de 24% de sindicalizados na população portuguesa. No global, 80% dos inquiridos acham que os sindicatos são muito importantes: confiam nos sindicatos e, em parte, no sistema judicial. Estes aspetos dão-nos razão para otimismo.

O que acontece com partidos como o Chega é que geralmente têm um teto eleitoral que, nas democracias europeias, está nos 20%-25%. Mas depois também têm declínios. Mesmo nas situações em que chegam aos 30%, como em Itália e na Hungria, o acesso destes partidos ao poder acontece em coligação com partidos do centro, ou centro direita. A questão não é tanto o peso eleitoral deles, andam sempre entre os 10%-20%, mas o que os países do sistema fazem com eles. Aí é que os perigos começam. ■

A photograph of a red brick wall with a white concrete ledge. The text is overlaid on the wall. The text is in a clean, white, sans-serif font. The background is a warm, reddish-brown color from the bricks, with some shadows and highlights from the lighting.

dia aberto — doutoramentos ISCTE

20 junho 2024

17.00

Grande Auditório



iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Cursos Doutoramento

Economia

Finanças

Gestão

Gestão Empresarial Aplicada – DBA

Antropologia

Economia Política

Estudos Urbanos

Psychology

Transições para a Sustentabilidade

Ciência Política

Ciências da Comunicação

Estudos Africanos

História, Estudos de Segurança e Defesa

História Moderna e Contemporânea

História: Mudança e Continuidade num
Mundo Global

International Studies

Políticas de Administração e Gestão Escolar

Políticas Públicas

Serviço Social

Sociologia

Arquitetura dos Territórios Metropolitanos
Contemporâneos

Information Science and Technology



Um espaço
aberto à
sociedade

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA